

**UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE: UM BREVE ESTUDO DE
SUAS EXPRESSÕES**

JULYANA DO CARMO SANT'ANNA CARDOSO

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE: UM BREVE ESTUDO DE
SUAS EXPRESSÕES**

JULYANA DO CARMO SANT'ANNA CARDOSO

Sob a Orientação da Professora
Fabiana Schimdt

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Julho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268v CARDOSO, Julyana do Carmo Sant'Anna, 2000-
 VIOLÊNCIA NA BAIKADA FLUMINENSE: Um breve estudo
de suas expressões / Julyana do Carmo Sant'Anna
CARDOSO. - Seropédica/RJ, 2023.
 65 f.

 Orientadora: Fabiana SCHMIDT. Trabalho de
conclusão de curso(Graduação). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

 1. Baixada Fluminense. 2. Violência. 3. Questão
Social. I. SCHMIDT, Fabiana, 1974-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço
Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 3187 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.053779/2023-93

Seropédica-RJ, 15 de agosto de 2023.

Julyana do Carmo Sant?Anna Cardoso

VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE: UM BREVE ESTUDO DE SUAS EXPRESSÕES

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 24 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fabiana Schmidt
Orientadora - presidenta (DEDH/UFRRJ)

Profa. Dra. Marisol Valencia Orrego
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

Profa. Dra. Carmen Oliveira Frade
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

(Assinado digitalmente em 15/08/2023 09:27)
CARMEN OLIVEIRA FRADE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 4206731

(Assinado digitalmente em 15/08/2023 11:06)
FABIANA SCHMIDT
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 1868629

(Assinado digitalmente em 15/08/2023 10:44)
MARISOL VALENCIA ORREGO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)
Matricula: 1043744

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **3187**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **15/08/2023** e o código de verificação: **54611ab341**

Dedico esse trabalho a cada um que sofre cotidianamente os efeitos da violência que acomete o território da Baixada Fluminense, bem como as famílias das vítimas dessa violência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder a oportunidade e o privilégio de estudar em uma universidade federal. Obrigada por se fazer presente em todos os momentos dessa trajetória, sempre guiando os meus passos e direcionando o caminho que devo seguir. Gratidão por ter me fortalecido nos dias difíceis e me ajudado a vencer todos os obstáculos, medos, insegurança e ansiedade, para que eu chegasse até aqui. Sem Ele, isso não se tornaria possível. À minha maior fonte de inspiração, minha eterna gratidão!

Aos meus pais, Evaní Cardoso e Vanderlei Cardoso, pelas orações, conselhos e palavras reconfortantes e de incentivo que me motivaram a continuar nessa caminhada e ser perseverante no meu objetivo. Obrigada por serem a minha rede de apoio e por estarem comigo desde o início dessa longa jornada. A felicidade de vocês ao verem eu me formar é minha maior conquista. Minha eterna gratidão e admiração por serem o que são na minha vida, meus pais. Parte de quem sou hoje vem de vocês. Vocês são a minha família, o meu lar!

À minha amada irmã, Tayná Cardoso, por entender o que é passar por uma graduação e acompanhar toda a minha jornada universitária. Agradeço por todo carinho, atenção, apoio, incentivo e força ao longo desse processo. Obrigada por acreditar em mim e me incentivar a ir cada vez mais longe. Não sei o que seria de mim sem ter você como minha irmã. Ainda bem que tenho você. Todo meu amor e gratidão! Você é a minha referência!

À minha grande amiga, Ana Luisa, que esteve comigo desde o começo da graduação e tive o prazer de dividir momentos de alegrias e dores. Obrigada pelas risadas, conversas, apoio, suporte, incentivo e carinho. Sou grata por ter vivido e caminhado com você nessa trajetória e por ter construído essa relação de amizade. Meus dias na universidade se tornaram melhores ao ter você do lado. Você tornou o processo da graduação mais leve e feliz. Muito obrigada por fazer parte da minha história! Gratidão por tudo!

Aos meus amigos (Vinicius, Andressa, Luana, Emanuelle, Selena e Glaucieber) e primos (Michell e Jean Luca), por todo apoio e afeto que foi me dado durante esses longos anos da minha formação profissional. Vocês fizeram parte desse processo junto comigo.

À minha afilhada, Clarice da Gama, que há quatro anos entrou na minha vida e me presenteou com todo o seu amor. Obrigada por toda alegria que transmite ao me ver. Minha vida se tornou mais feliz por ter você! Todo o meu amor e meu afeto!

Um agradecimento especial à professora Simone Tourino, pelo suporte, incentivo e disponibilidade em ajudar. Serei eternamente grata pelas caronas que me proporcionaram risadas sinceras no caminho de volta para casa. Muito obrigada pelos caldos de cana e pastéis! Foram momentos felizes durante a minha graduação que nunca serão esquecidos. Minha eterna gratidão por todo carinho por mim e pela minha família! Sempre será um prazer ser “sua companheira”.

À minha orientadora, Fabiana Schmidt, por aceitar o convite de me orientar e se dispor a me ajudar na construção desse trabalho. Gratidão por toda atenção, apoio e confiança depositada em mim. Suas palavras me incentivaram e me tranquilizaram durante todo esse processo. Muito obrigada!

À todo o corpo docente do curso de Serviço Social da UFRRJ, pelo compromisso que assumiram com a formação de futuros assistente sociais. Sou grata pela dedicação dos professores em transmitir todo seu conhecimento e partilhar experiências que enriqueceram o meu processo de formação e que levarei para minha vida profissional. Agradeço pela oportunidade de poder aprender com vocês.

À toda a equipe da coordenação do curso de Serviço Social, em especial, à Daiane Estevam, pela atenção, ajuda, disponibilidade e prestatividade. Você foi fundamental nesse processo.

À minha supervisora de campo de estágio, Marli Francisca da Guia, por contribuir para a minha formação e no meu processo de aprendizado ao aceitar e permitir, mesmo que temporariamente, dividir o seu espaço do trabalho comigo. Sou grata pela relação de companheirismo que construímos. O seu compromisso com o exercício profissional me inspirou.

À minha turma de 2018.2, em que tive o prazer de fazer parte e que se tornarão meus futuros colegas de profissão, no qual pretendo partilhar espaços. Obrigada pelas trocas e pela união em momentos necessários da nossa graduação.

À banca examinadora, composta pelas professoras Carmen Frade, Fabiana Schmidt e Marisol Valencia, por toda atenção e tempo disponibilizado a este trabalho. Muito obrigada por aceitarem o convite de participar dessa última etapa da minha graduação.

Ao curso de Serviço Social da UFRRJ, por me proporcionar debates, trocas e reflexões críticas e coletivas a respeito de temáticas fundamentais que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual e desenvolvimento de uma consciência crítica. Sou grata por ter a certeza de que escolhi o curso certo e que me fez ficar apaixonada por essa profissão tão linda e necessária no contexto atual.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por me proporcionar momentos indescritíveis ao lado de pessoas incríveis. Sou grata por ter o privilégio de contemplar e admirar toda a sua beleza de perto, por me permitir estar em contato com a natureza e poder prestigiar o magnífico pôr do sol no lago do IA (Instituto de Agronomia). Obrigada por toda experiência e vivência! Me sinto realizada de estar me formando na universidade federal mais bonita do Brasil localizada na Baixada Fluminense.

À mim mesma, por não desistir e não paralisar, mas prosseguir e persistir no meu propósito até o fim, conseguindo encerrar mais um ciclo e conquistar mais uma vitória ao concluir essa etapa da minha vida profissional.

Minha eterna gratidão a cada um que fez parte, de alguma forma, dessa história. Sem a ajuda e o suporte de vocês eu não chegaria ao final da graduação. Vocês têm grande importância nesse processo.

*Você precisa conhecer minha jurisdição
Vá prestando a atenção
Lugar que ocupa um pedaço
Do meu coração, do meu coração
Mas infelizmente tem fama de barra pesada
Isso tudo é intriga da oposição
É muita mentira e conversa fiada
Eu explico por quê
O melhor lugar pra morar é na minha
baixada
Podes crer*

Baixada - Bezerra da Silva

*Lugar, meu amigo
É minha baixada
Reunião de Bacanas - Os Originais do Samba*

RESUMO

O presente trabalho busca analisar como a violência se insere na formação da Baixada Fluminense, amplamente utilizada como uma ferramenta para atender interesses políticos locais, de maneira que as múltiplas expressões da violência ainda se manifestam nesse território periférico nos dias atuais, atingindo sua população de forma intensificada. Para atingir esse propósito, foi traçado um caminho iniciado na compreensão de que as manifestações da violência se configuram como uma expressão da questão social, trazendo a noção de que estas manifestações, em uma sociedade capitalista como a brasileira, se originam na violência estrutural do modo de produção capitalista. Tal violência estrutural se materializa na realidade cotidiana das classes subalternas mediante a atuação do Estado no enfrentamento das expressões da questão social, tanto através da repressão dessas classes, como por meio das políticas sociais. Em seguida, será abordado como a violência esteve presente em todo o processo de formação social e política brasileira, de modo que as marcas desse processo histórico violento repercutiram na constituição da Baixada Fluminense, enquanto um território periférico integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Após a exposição da violência como um fenômeno intrínseco a conformação da Baixada, serão apresentados dados que expressam numericamente o grau de violência que permanece assolando esse território atualmente. Por fim, destaca-se a importância, para o Serviço Social e para os/as assistentes sociais que atuam na região metropolitana supracitada, da compreensão crítica desse fenômeno e como afeta a população da Baixada.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; Questão Social; Violência.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze how violence is inserted in the formation of the Baixada Fluminense, widely used as a tool to meet local political interests, so that the multiple expressions of violence are still manifested in this peripheral territory today, reaching its population in a way intensified. To achieve this purpose, a path was traced, starting with the understanding that the manifestations of violence are configured as an expression of the social question, bringing the notion that these manifestations, in a capitalist society like the Brazilian one, originate in the structural violence of the way of capitalist production. Such structural violence materializes in the daily reality of the subaltern classes through the State's action in facing the expressions of the social question, both through the repression of these classes, and through social politics. Then, it will be discussed how violence was present throughout the process of Brazilian social and political formation, so that the marks of this violent historical process had repercussions in the constitution of the Baixada Fluminense, as a peripheral territory that is part of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ). After exposing violence as an intrinsic phenomenon to the conformation of the Baixada, data will be presented that numerically express the degree of violence that continues to plague this territory today. Finally, the importance of a critical understanding of this phenomenon and how it affects the Baixada population is highlighted for Social Work and for social workers who work in the aforementioned metropolitan region.

Keywords: Baixada Fluminense; Social question; Violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FUNARJ – Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

GENI/UFF – Grupo de Estudos de Novos Legalismos da Universidade Federal Fluminense

IDMJR – Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

OMS – Organização Mundial de Saúde

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	VIOLÊNCIA E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	18
2.1	A violência como uma expressão da questão social	18
2.2	A violência estrutural do capitalismo como base para a manifestação da violência concreta do Estado	23
2.3	A violência como um fenômeno intrínseco ao processo de formação social e política brasileira	29
3	VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE	38
3.1	A constituição do território da Baixada Fluminense enquanto periferia	38
3.2	A constituição da violência na Baixada Fluminense	42
3.3	A expressão da violência na Baixada Fluminense: a realidade em números	49
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta utiliza como tema o debate a respeito da violência que acomete a região da Baixada Fluminense, enquanto uma periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), e de que forma as múltiplas manifestações da violência se materializam na realidade cotidiana dos sujeitos periféricos, se alastrando por toda a área que compõe a sua região, tornando-a um território considerado violento, onde se dissemina o medo tanto dos que habitam, quanto dos que assistem essa realidade de fora.

No entanto, ao propor discutir sobre tal temática, será necessário trilhar um caminho revisitando o passado histórico brasileiro, a começar pela época colonial, abordando a origem histórica da sociedade brasileira e como o fenômeno da violência atravessa sua formação, entendendo que a sua constituição se deu a partir de um processo violento, no qual foram instituídas relações autoritárias de poder e dominação que se propagaram por todo o território nacional, repercutindo na conformação territorial da Baixada, de forma atualizada e intensificada.

Dessa forma, analisar a emergência da violência no processo de formação territorial e adensamento populacional da Baixada Fluminense, traçando esse caminho, é essencial para refletir sobre as diferentes formas de manifestação da violência que permanecem se reproduzindo nesse território nos dias atuais.

A motivação em discutir a temática foi fruto, principalmente, do meu interesse em buscar por uma maior aproximação com o território da Baixada Fluminense onde nasci, cresci e resido atualmente, buscando compreender como a violência se insere e se expressa cotidianamente nesse espaço metropolitano, se alastrando por seus municípios e atingindo diretamente sua população periférica. Território este frequentemente associado ao medo, à violência e à infraestrutura precária diante da negligência do poder público. Um espaço considerado violento, onde se dissemina o medo tanto para os que habitam, quanto para os que assistem essa realidade de fora. No entanto, é um lugar constituído por um povo que é rico em sua cultura, identidade e raízes.

Somado a isso, os meios artísticos do qual me identifico, como a pintura e a música, onde artistas retratam a realidade da vida cotidiana dos moradores da periferia, expressando a vivência nessa região, carregando em si uma crítica social

da desigualdade existente entre o centro e a periferia no meio urbano. Cumprem, assim, um importante papel na ampliação da conscientização dessa parcela da população, pois conseguem propiciar uma análise e reflexão sobre o cenário social em que vivem, marcado por relações de poder e dominação; além de conseguirem transmitir uma mensagem envolvendo o sentimento de identificação e pertencimento, particularmente, de jovens periféricos com o território que ocupam.

Portanto, usam a arte como instrumento de resistência, contribuindo para o fortalecimento do vínculo e convívio em comunidade e para a afirmação do território como um ambiente de luta contra estereótipos que lhe é conferido e da violência em que é vitimado.

Considero, ainda, que a experiência que adquiri ao ingressar em uma universidade pública inserida na Baixada Fluminense e toda a minha trajetória na graduação, incluindo o estágio realizado no município de Itaguaí, também localizado na Baixada; foram fatores essenciais que alimentaram o meu desejo de aprofundar o conhecimento nessa área de estudo. Visto que o ambiente acadêmico me proporcionou o contato direto com professores interessados na construção coletiva do conhecimento, em um espaço de encontros, troca de informações e discussões críticas a respeito de temáticas fundamentais para compreender o contexto histórico político, econômico e social brasileiro; favorecendo, assim, o meu processo de formação, crescimento e amadurecimento de uma consciência crítica e desenvolvimento da minha capacidade reflexiva.

Tais elementos citados foram inspiração e estímulo para a escolha do tema proposto, possibilitando visualizar a realidade social de forma contrária da versão retratada nos meios de comunicação, controlada pelas elites econômicas, responsáveis por propagar discursos estereotipados e discriminatórios, onde relacionam a periferia a um território de atraso social, constituído de uma violência generalizada, pobreza e carência de infraestrutura.

Em vista disso, a temática que busca-se abordar neste trabalho, tem como objetivo geral analisar, a partir de uma perspectiva reflexiva crítica, como a violência se configura na área metropolitana da Baixada Fluminense, de forma que afeta diretamente as classes subalternas que habitam nessa região. Referente aos objetivos específicos, pretende-se: (I) compreender a violência, em um contexto de sociedade capitalista formada por classes, como um fenômeno estrutural ao modo

de produção capitalista e suas manifestações enquanto expressão da questão social, configurando-se como a base para a materialização da violência concreta do Estado no enfrentamento das expressões de questão social; (II) apresentar como a formação social e política brasileira se entrelaça com a violência, de modo que esta violência história da formação da sociedade brasileira refletiu na conformação da região da Baixada Fluminense; (III) desvelar a violência como um fenômeno que esteve intrínseco a constituição do território da Baixada Fluminense, enquanto periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), considerando que a violência permanece atingindo esse território na cena contemporânea ao evidenciarmos, mediante dados, a intensidade e gravidade de suas manifestações sobre a região metropolitana supracitada e (IV) contribuir com o Serviço Social na compreensão crítica do fenômeno da violência e como se expressa na realidade da vida cotidiana da população da Baixada Fluminense, visto que torna-se de grande importância para os/as profissionais assistentes sociais que atuam na região.

A metodologia utilizada para a construção do presente trabalho de conclusão de curso consiste na realização de uma pesquisa bibliográfica a partir de uma revisão de literatura, incluindo livros, artigos e dissertações, de modo que seja possível abordar e desenvolver o assunto proposto sob um viés crítico, almejando a maior compreensão e apreensão do mesmo pelos leitores. Realizou-se, também, uma pesquisa documental com a utilização de dados para expressar a violência presente na Baixada Fluminense no contexto contemporâneo. Serão utilizados dados disponibilizados pelo Fórum Grita Baixada (2021), Grupo de Estudos de Novos Legalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF, 2022), Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR, 2022), Instituto Fogo Cruzado (2022) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

Sendo assim, o tema escolhido possui conexão com o Serviço Social, uma vez que a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e, segundo a perspectiva marxista, exerce um trabalho improdutivo, pois não atua diretamente na agregação de valor ao capital, mas sim trabalha sob uma direção ético-política crítica com as expressões da questão social, no qual as diversas manifestações da violência se inserem nesse contexto.

Nesse sentido, a explanação da temática proposta tem um papel fundamental na contribuição para o avanço desse debate na profissão e para a fomentação de

reflexões críticas coletivas que possibilitem a construção de respostas e estratégias efetivas para o enfrentamento dessa problemática. Bem como torna-se um assunto de grande importância para as lutas e resistências profissionais dos/as assistentes sociais, em razão do posicionamento em que a categoria profissional e o conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social - Conselho Regional de Serviço Social) assumem no combate a qualquer forma de violência manifestada diretamente nas esferas da vida da classe trabalhadora; já que a profissão se direciona na defesa da democracia, da cidadania, da equidade e justiça social.

Assim, o trabalho faz-se relevante, agregando conhecimento e enriquecendo o debate, tanto para a comunidade acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e para a categoria profissional em seus espaços de atuação, como também para a população periférica residente da Baixada Fluminense que sofrem as mais diversas formas de violências e violações de direitos.

Reconhecendo a limitação desse trabalho frente ao caráter complexo em que se materializa a violência na sociedade brasileira, especificamente, na Baixada Fluminense; o mesmo não tem a intenção de esgotar os argumentos que atravessam a temática, abarcá-la em sua totalidade ou construir verdades absolutas sobre ela.

Entretanto, pretende-se conferir maior visibilidade ao fenômeno da violência e as particularidades que assume na sociedade brasileira, em específico, na Baixada Fluminense, buscando contribuir para a democratização de informações e a permanente produção e socialização do conhecimento. Bem como instigar a novas reflexões e considerações críticas a partir da elucidação e contextualização que o trabalho realizará acerca do assunto, a fim de colaborar na construção coletiva de alternativas e estratégias para que mudanças efetivas sejam desencadeadas e produzam resultados positivos e concretos na redução dos índices de violência que atinge a região.

2 VIOLÊNCIA E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

2.1 A violência como uma expressão da questão social

A violência é uma categoria bastante relevante no cenário atual, apesar de não ser um tema recente, pois acompanhou a história da humanidade em diferentes épocas e contextos históricos, econômicos e sociais.

É possível perceber sua notoriedade mediante a urgência em que lhe é atribuída, sendo enfatizada diariamente em noticiários televisionados, onde a mesma mídia que se refere a temática de maneira simplificada e parcial, oferece alternativas de solução para esse problema social que perpassa a realidade cotidiana da população brasileira, se isentando de compreender e fazer a análise crítica a respeito de sua gênese e suas diferentes manifestações sobre a vida dos sujeitos sociais.

Apesar da violência estar cada vez mais presente no cotidiano nacional, sendo exposta pela mídia inúmeras situações vivenciadas por diferentes classes, gênero e raça; a mesma não pode se tornar banalizada de forma a passar ser comum e parte da rotina social, se configurando em um desafio a ser enfrentado e que não deve ser reduzido apenas ao fortalecimento das políticas sociais e da garantia de direitos.

Existe dificuldade em alcançar um único conceito que a defina, devido à complexidade em que se expressa, resultando em variadas reflexões teóricas e caminhos para sua resolução. Encontram-se, assim, inúmeras interpretações sobre o conceito, havendo uma grande diversidade de teorias sobre o tema na tentativa de compreender, analisar e interpretar as raízes de tal fenômeno, assim como suas diferentes formas assumidas na sociedade contemporânea.

A partir desse entendimento, apresentarei o conceito de violência, considerando que existem interpretações diversas dependendo de cada contexto sociocultural. Da mesma forma, trarei o conceito da questão social¹, tendo em vista que esta expressão constitui uma temática ampla e complexa, onde é atribuído à mesma diferentes compreensões e sentidos entre diferentes vertentes e direcionamentos políticos. Com isso, este tópico procura relacionar a violência com a

¹ Irei conceituar a frente.

questão social como uma de suas resultantes, constituindo uma de suas expressões que permeia, principalmente, a vida cotidiana da classe trabalhadora brasileira.

Inicialmente, irei pontuar a categoria violência, sob a visão da Organização Mundial de Saúde (2002), bem como de autores que estudam tal temática, como Velho (2000), Minayo (2006) e Chauí (1999).

O relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), publicado em 2002, define a violência da seguinte forma:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p. 5).

Velho (2000) apresenta uma perspectiva antropológica sobre a categoria da violência, onde revela que os sujeitos faziam uso da força física em suas relações sociais para atingir diferentes objetivos como impor sua vontade sobre os outros, dominar e ameaçar. De acordo com o autor:

A vida social, em todas as formas que conhecemos na espécie humana, não está imune ao que se denomina, no senso comum, de violência, isto é, uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros. Violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Vê-se que, de início, associa-se a uma ideia de poder, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro. (VELHO, 2000, p. 31).

Chauí (1999, p. 336) também aborda a respeito da violência:

Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária a seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros.

Chauí (1999) compreende o fenômeno da violência como o oposto da ética, uma vez que a ética trata os sujeitos como seres livres, racionais e sensíveis; já a violência transforma os sujeitos como coisas, como um mero instrumento para o uso

de alguém, seres totalmente irracionais e passivos, desprovidos de liberdade e sensibilidade.

Minayo (2006, p. 13) discorre a origem da palavra violência:

De origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens.

Para Minayo (2006), a violência estrutural é responsável por grande parte dos diferentes tipos de violência existente. Esta violência é estrutural ao modo de produção capitalista, logo, por ser uma característica da ordem socioeconômica burguesa possui profunda ligação com as relações de poder e dominação que se manifestam no controle violento das expressões da questão social, produzindo a desigualdade na distribuição da riqueza social e exclusão social de bens materiais. A mesma se perpetua e incide sobre as condições de vida dos sujeitos de maneira implícita, possibilitando sua naturalização na cultura e formas de dominação de classe.

Os conceitos expostos sobre a violência permitem realizar a reflexão sobre tal fenômeno e perceber que o mesmo sempre esteve presente nas relações estabelecidas entre os sujeitos, aparecendo em diversos espaços e situações da vida social. Pode-se reconhecer que a violência se manifesta de diferentes formas, de maneira subjetiva ou concreta, visível ou secreta, explícita ou implícita, e que seus efeitos atingem tanto a vida privada, quanto a vida pública.

A partir da aproximação com os diferentes referenciais teóricos que abordam os conceitos sobre violência, conceituarei a questão social segundo autores do Serviço Social, que possuem como referência teórica a perspectiva marxista para, em seguida, fazer a sua vinculação à categoria violência.

Yazbek (2009, p. 3) traz o conceito de questão social:

A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política.

Conforme lamamoto (2004, p. 16-17):

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

lamamoto (2004) atenta, ainda, ao risco de cair na armadilha de transferir a culpa aos sujeitos de sua condição social de maneira isolada, reduzindo as múltiplas expressões da questão social que lhes afetam como uma responsabilidade individual. De forma que se desconsidera o contexto sociopolítico da organização social capitalista em que está inserido e é responsável por produzir tais expressões.

Segundo Netto (2004, p. 45):

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo.

O autor destaca que somente é possível compreender a origem e a complexidade da questão social por meio da análise de Marx da "lei geral da acumulação capitalista" e todo o processo de produção do capital contido no seu livro "O Capital", publicado em 1867. Afirma que a chamada questão social está diretamente ligada ao desenvolvimento capitalista, resultado da relação contraditória entre capital e trabalho, ou seja, no caráter explorador do regime do capital, onde se tem a apropriação e destinação privada do lucro excedente (NETTO, 2004).

Ademais, Netto (2004) salienta que o pensamento conservador atribui as expressões da questão social como um problema enfrentado e combatido a partir de

intervenções como ações moralizadoras e programas de reformas, objetivando amenizar sua intensificação e conservar a propriedade privada dos meios de produção, não associando tais manifestações a ordem socioeconômica burguesa estabelecida.

Já a perspectiva marxista faz a crítica à sociedade burguesa e reconhece sua vinculação direta com a emergência das manifestações da questão social e seu agravamento, uma vez que entende que esta existe em razão da exploração da classe trabalhadora, logo, acredita que tal problemática somente será efetivamente solucionada quando ocorrer a supressão completa da ordem socioeconômica vigente. “Isto não significa, absolutamente, a realização da Idade de Ouro: os homens e mulheres continuarão a enfrentar problemas” (NETTO, 2004, p. 49).

Para Netto (2004), não existe uma "nova questão social", mas sim o surgimento de novas expressões da questão social, mais complexa, estabelecida a partir da emergência de novos períodos de exploração do capitalismo, cada vez mais intensas, no qual devemos nos atentar em investigar, além das manifestações existentes.

Portanto, a questão social é um conceito que tem sua gênese no modo de produção capitalista, mais especificamente, na contradição entre a relação conflituosa capital/trabalho, ou seja, a produção da riqueza pelo trabalhador e a apropriação da mesma pelo capitalista através da exploração da força de trabalho. Logo, a riqueza gerada socialmente não é distribuída de forma justa para aqueles que a produziram, resultando na desigualdade social imposta por esse modo de produção. Assim, as expressões da questão social se manifestam de diferentes formas e afetam diretamente a classe que vive da venda da sua força de trabalho. Entre essas expressões, pode-se citar como exemplos o desemprego e a violência estrutural e a violação dos direitos humanos.

Após a exposição acima das definições de violência e questão social, propõe-se relacionar ambos, mediante a compreensão de que as diferentes formas de manifestação da violência, em uma sociedade capitalista, se configuram como uma expressão da questão social e tais manifestações da violência, que atinge a sociedade capitalista brasileira em diferentes contextos e aspectos, tem sua origem na violência estrutural do modo de produção capitalista.

A partir disso, será abordado no próximo tópico, como a violência estrutural desse modo de produção se constitui como a base para a materialização das múltiplas expressões da violência que se manifestam de forma concreta na realidade cotidiana dos sujeitos periféricos, por meio da atuação do Estado² no enfrentamento das expressões da questão social, ora mediante a repressão da classe trabalhadora, ora no atendimento de suas necessidades sociais via políticas sociais, objetivando a reprodução da força de trabalho responsável para a geração de riquezas apropriadas pelo capitalista. Contribuindo, assim, para a perpetuação das manifestações da violência.

2.2 A violência estrutural do capitalismo como base para a manifestação da violência concreta do Estado

Como exposto no tópico anterior, em uma sociedade capitalista, as diferentes manifestações da violência, enquanto expressão da questão social, têm sua origem na violência estrutural do capitalismo. A violência estrutural está intimamente interligada ao modo de produção vigente, apresentando-se como um fenômeno estrutural da sociabilidade capitalista, isso porque tal violência se produz e reproduz a partir de relações de dominação e exploração de uma classe sobre a outra que sustentam o modo de produção capitalista.

Portanto, a violência no interior de uma organização social sob a lógica do capital se configura como violência estrutural, visto que é indissociável aos mecanismos de exploração, dominação e opressão intrínsecos à ordem do capital e as quais a classe social dominada é exposta e submetida, pois a classe burguesa explora a força de trabalho da classe trabalhadora e se apropria das riquezas produzidas através do trabalho desta última (VIEIRA; COSTA; OLIVEIRA, 2021).

Em outras palavras, essa violência estrutural tem sua origem na exploração do trabalhador pelo capitalista, isto é, na venda da força de trabalho dos trabalhadores para o capitalista, que se apropria da riqueza socialmente produzida fruto do trabalho, em troca do pagamento de um salário. Logo, caracteriza-se na expropriação dos meios de produção das mãos dos trabalhadores, na exploração da

² [...] este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente. [...] Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns (ENGELS; MARX, 1998, p. 74).

força de trabalho do trabalhador pelo capitalista e na apropriação e acumulação privada pelo capitalista da riqueza produzida socialmente mediante o trabalho.

Em consequência disso, a distribuição desigual da riqueza social, diante da exclusão do trabalhador do usufruto da riqueza produzida por este e da apropriação dos frutos de seu trabalho pelo capitalista, gera profundas desigualdades entre as classes sociais (MARX, 2008).

A forma como as relações de trabalho são organizadas no modo de produção capitalista provoca a alienação³ do trabalhador. Este é distanciado do conhecimento de todo o processo de produção capitalista, causando o estranhamento do mesmo em relação ao que produz, já que o produto fabricado por meio do seu trabalho não o pertence, mas sim ao capitalista que compra a sua força de trabalho. Logo, o trabalhador não consegue enxergar sentido no trabalho que realiza, transforma-se em um fardo, onde não existe prazer ou realização, apenas o cumprimento de uma função em troca de um salário que garanta a sua sobrevivência.

Da mesma forma, nesse modo de produção ocorre a reificação/coisificação dos sujeitos e personificação das coisas, isto é, o ser humano é desumanizado e transformado em objeto, enquanto a mercadoria produzida por este passa a ser valorizada de modo a atribuí-la características essencialmente humana (MARX, 2008).

Além do processo de alienação e coisificação dos trabalhadores, importante considerar a ideologia⁴ imposta pela classe burguesa dominante que invade todas as esferas da vida social e reflete na maneira de agir e pensar da classe trabalhadora dominada. Possui a finalidade de manipular a realidade social concreta, cooptando e induzindo os sujeitos a enxergarem-na sob a óptica da classe dominante, de forma que se adaptem e aceitem as condições em que vivem, na

³ [...] quando o Sujeito não se reconhece como produtor das obras e como Sujeito da história, mas toma as obras e a história como forças estranhas, exteriores, alheias a ele e que o dominam e perseguem, temos o que Hegel designa como *alienação* (palavra derivada do pronome latino *alienus*, que quer dizer: o outro de si mesmo, um outro que si mesmo). Essa é a impossibilidade de o sujeito histórico identificar-se com sua obra, tomando-a como um poder separado dele, ameaçador e estranho, outro que não ele mesmo (CHAUÍ, 2008, p. 42).

⁴ A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção (CHAUÍ, 2008, p. 108-109).

busca por impedir de realizarem uma análise social crítica para que consigam transformar tal realidade e romper com estigmas que os oprimem e subalternizam.

A imposição da ideologia dominante e o processo de alienação e reificação dos sujeitos são fatores que contribuem para a invisibilidade dos mecanismos de exploração e opressão vivenciados pela classe trabalhadora, favorecendo e conduzindo ao constante processo de naturalização e reprodução das relações de exploração e dominação inerentes a esse regime do capital (MARX, 2008). De forma que a violência estrutural, executada no interior da dinâmica societária capitalista, é produzida e reproduzida de forma velada.

No entanto, apesar de ocorre de maneira implícita, a violência estrutural não é menos real e atravessa as diferentes relações que se constroem na sociedade capitalista brasileira, configurando-se como a base para a manifestação de diversas violências de forma concreta na realidade cotidiana da classe trabalhadora. Em outras palavras, a partir da violência estrutural surgem novas e diferentes manifestações da violência de forma concreta e visível que se materializam e se espriam em diferentes contextos, atravessando, principalmente, a realidade da vida cotidiana da classe subalterna.

Para Silva (2008, p. 3-4), a violência estrutural:

Trata-se do uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abdique dela quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. [...] A violência estrutural é formada por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana, mas que frequentemente não são consideradas ações violentas.

Para que possamos caminhar nessa discussão, é preciso, nesse momento, trazer a funcionalidade do Estado e sua relevância para a sociabilidade capitalista, segundo a perspectiva de Ernest Mandel (1982).

O Estado, enquanto uma instituição independente e detentora do poder, desempenha um papel imprescindível para a sociedade capitalista, pois atua na direção da lógica do capital, em detrimento do social, ao contribuir para a manutenção do desenvolvimento econômico capitalista. Sua intervenção visa assegurar que o capital alcance seus objetivos, priorizando o atendimento e a concretização de seus interesses, mediante a viabilização de condições favoráveis e

adoção de medidas necessárias para garantir a reprodução e expansão do modo de produção capitalista e da acumulação de capital (MANDEL, 1982).

Dentre as diferentes formas de atuação do Estado, Mandel (1982) classifica suas três principais funções:

- 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é "dos males o menor", ou a "vontade suprema", ou porque nem percebem a exploração) (MANDEL, 1982, p. 333).

Nessa direção, o poder estatal favorece a classe burguesa dominante detentora dos meios de produção ao responder suas exigências e satisfazer seus interesses, relegando as necessidades e interesses da classe trabalhadora que detém apenas a sua força de trabalho, o que evidencia o caráter classista das ações estatais (BEZERRA, 2018).

Com isso, o consentimento e a contribuição do Estado diante do avanço do processo de exploração capitalista objetivando a ampliação, acumulação e reprodução do capital; abre brechas para a perpetuação da violência estrutural. O aparelho estatal constrói, então, um terreno propício para o aumento exacerbado da desigualdade social e para a intensificação das expressões da questão social, como as diferentes manifestações da violência, de forma que tais expressões permaneçam se manifestando cotidianamente na vida dos sujeitos (VIEIRA; COSTA; OLIVEIRA, 2021).

Assim, as condições sociais, políticas e econômicas que permitem a manutenção do movimento do capital, garantem também a perpetuação das relações desiguais em uma sociedade formada por classes sociais antagônicas e, com isso, a produção e reprodução de novas expressões da questão social materializadas na vida da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2004).

O Estado atua, ainda, no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, oferecendo respostas que favorecem o regime posto e impactam diretamente a classe trabalhadora, ora por meio da repressão desta classe, ora através de políticas sociais destinadas a mesma.

Como refere Iamamoto (2004, p. 17):

Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a articulação assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação.

Nesse sentido, ao atuar no enfrentamento das expressões da questão social, o Estado fornece respostas com caráter conservador e moralista, utilizando-se de medidas repressivas, punitivas e coercitivas sob viés belicista, representado pela força policial e respaldado em aparatos legais como a Política de Segurança Pública. Esta atuação repressiva se configura como uma violência concreta que se expressa de modo perceptível na realidade social das classes subalternas, frente ao processo de criminalização destas por serem consideradas, de forma geral, “classes perigosas”⁵. O aparelho estatal busca, ainda, com tal ação repressiva, conter as mobilizações e resistências populares, na tentativa de enfraquecer as lutas políticas e sociais da classe trabalhadora e o seu direito a manifestação e participação política (SOARES; VIEIRA; COSTA, 2019).

Somado a isso, o Estado também oferece respostas através das políticas sociais ao atuar no enfrentamento das expressões da questão social. Seguindo a óptica capitalista, que consiste no atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora com ações pontuais, superficiais e imediatas; fornece benefícios e

⁵ [...] o conceito de classe perigosa dava o fundamento teórico para o grande debate pós-abolição. A relação trabalho/ociosidade/criminalidade enriquecia o debate parlamentar por uma lei de repressão à ociosidade. Estavam presentes nesse debate os mesmos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia para as primeiras décadas do século XX. A preocupação principal de garantir que, com a abolição da escravidão, os negros continuassem sujeitos ao trabalho, criou a estratégia da suspeição generalizada, com os afro-brasileiros vistos como sujeitos preferenciais. Sem ter mais a propriedade direta do trabalhador, o sistema precisava criar uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Assim, a manutenção da ordem passa a ser prerrogativa do poder público e de suas instituições (BATISTA, 2003, p. 38). Assim, a construção do termo “classes perigosas” possui caráter conservador, uma vez que a expressão se constitui a partir do medo atribuído a um determinado grupo social, a classe subalterna, contribuindo para a produção de um consenso social que autoriza a repressão e punição desse grupo. Dessa forma, há uma criminalização seletiva voltada para os sujeitos que não possuem “valor” segundo a lógica do capital, ou seja, para aqueles que não são úteis à reprodução capitalista (SCHMIDT, 2017).

serviços públicos, muitas vezes precarizados diante ao movimento de focalização das políticas sociais e da tendência de privatização do setor público, isto é, a transferência da responsabilidade social do poder estatal para as instituições privadas (Idem).

A partir disso, a violência estatal se manifesta nos processos de privatização e focalização das políticas sociais, onde a intervenção estatal se apresenta regularmente ineficiente ou até mesmo se faz ausente no que refere à proteção dos sujeitos mediante a execução e funcionamento das políticas sociais, uma vez que suas ações oscilam entre a negação, omissão ou redução do investimento público em tais políticas. Resultando no ataque aos direitos sociais, a partir da regressão ou eliminação desses direitos que estão materializados nestas políticas e foram historicamente conquistados por meio das lutas sociais da classe trabalhadora, que permanece lutando por melhores condições de vida e trabalho e pela garantia e ampliação de seus direitos. (Idem).

Portanto, ao intervir na área social com ações minimalistas, focalizadas e assistencialistas, o aparelho estatal busca atenuar as manifestações da questão social que incidem sobre a classe subalterna, atendendo, dessa forma, as exigências do capital na garantia da reprodução da força de trabalho. Logo, as políticas sociais são utilizadas como um instrumento estratégico de dominação e reprodução da classe trabalhadora (LAFFRONT, 2018).

As manifestações da violência estrutural, fruto dessa ordem societária regida pelo capital, vão além da violência estatal na forma de repressão e de restrição do acesso a bens e serviços, que atinge os sujeitos, majoritariamente, pobres e periféricos nas esferas da vida social e privada. Reflete, também, na subjetividade do ser humano, conduzindo ao adoecimento psíquico e a perda de identidade social, frente à degradação, desvalorização e banalização da vida humana provocadas pelo regime do capital, que reforça valores individualistas e a indiferença ao lidar com o outro, produzindo relações cada vez mais efêmeras e descartáveis (IAMAMOTO, 2009).

A partir da compreensão de que a violência está presente de maneira estrutural no modo de produção capitalista e que suas manifestações concretas atingem, majoritariamente, a classe subalterna, mediante a ação do Estado no enfrentamento das expressões da questão social; é importante destacar que a

violência se expressa de formas diferentes dependendo das particularidades de cada país ao se inserirem nesse modo de produção.

Diante disso, o próximo item buscará traçar um breve panorama do processo de formação social e político brasileiro, expondo como a violência sempre esteve intimamente conectada com esse processo histórico de constituição da sociedade brasileira, iniciada com o período colonial em uma conjuntura internacional de capitalismo comercial, e que permanecem atravessando as relações estabelecidas no país no contexto contemporâneo.

2.3 A violência como um fenômeno intrínseco ao processo de formação social e política brasileira

A partir do que foi apresentado no tópico anterior, compreendendo a violência como fenômeno estrutural do capitalismo e a base para a materialização da violência estatal no cotidiano da classe trabalhadora; será abordado no presente tópico as particularidades da formação social e política brasileira e como se entrelaçam com a violência, de maneira que permanece se reproduzindo de diversas formas nas relações atuais da sociedade brasileira como uma expressão da questão social radicalizada na vida da classe trabalhadora.

Retornemos, assim, ao passado para traçar um breve panorama da formação histórica do país, trazendo aspectos fundamentais que contribuirão na elucidação das raízes da violência na constituição da sociedade brasileira, presente em seu território desde a sua gênese.

A grandeza continental do Brasil e a complexidade da sociedade brasileira frente a sua constituição histórica não permitem um olhar e ou abordagem simplificada, da mesma forma que a violência presente desde o seu passado colonial até os dias atuais não pode ser reduzida ou simplificada, uma vez que por ela perpassam diferentes fenômenos.

A formação social brasileira se inicia na condição de colônia portuguesa, na fase de capitalismo comercial, quando ocorria na Europa, em conjunto com a expansão marítima e do cristianismo, o desenvolvimento do comércio europeu. Este foi o motivo principal pelo qual as metrópoles europeias buscaram novas terras ainda não exploradas para extrair recursos naturais em proveito do seu comércio,

diante da crise do Antigo Regime sustentado pelo feudalismo e que passava por transição para um novo modo de produção que estava em processo de consolidação, o capitalismo (PRADO JÚNIOR, 1994).

Por sua condição de colônia portuguesa, nesse período histórico entre os séculos XVI e início do XIX, o Brasil se desenvolveu economicamente a partir da agroexportação. Essa atividade econômica estava assentada em relações de trabalho caracterizadas na exploração da força de trabalho escrava dos povos originários dos territórios colonizados e de povos africanos. Estes sujeitos, submetidos ao trabalho forçado e sem remuneração, realizavam a extração de tesouros naturais que seriam exportados para as grandes metrópoles e transformados em capital (Idem).

O Brasil fornecia produtos primários para o país colonizador, pois tinha como prioridade atender ao mercado internacional, logo, aos interesses comerciais capitalistas das burguesias europeias de acumulação primitiva de capital, em detrimento do atendimento ao mercado nacional e desenvolvimento social e econômico do país, colocando em segundo plano a agricultura de subsistência para suprir as necessidades básicas da população colonial (Idem).

Diante desse cenário, a desigualdade social brasileira se inicia no período colonial, visto que a sociedade já era hierarquizada a partir da divisão entre colonizadores detentores de grandes propriedades de terra e pessoas escravizadas e catequizadas forçadamente, formadas por escravos e indígenas.

Pode-se afirmar, com isso, que a economia agroexportadora do Brasil colônia escravocrata só foi sustentada a partir do uso de diversas formas de violência administrada pelos senhores de terra e contando com a conivência e participação ativa do Estado.

Portanto, foram vivenciadas múltiplas formas de violência no território nacional, desde a invasão territorial e exploração de matérias-primas, até a subordinação ao trabalho escravo de povos originários (os indígenas) e de pessoas negras advindas forçadamente de diferentes etnias do continente africano. Estas últimas, devido a sua cor de pele, eram objetificadas e consideradas propriedades dos donos de terras, submetidas a diversas formas de opressão, privações e castigos físicos, construindo, assim, um país sobre base racista/escravocrata.

O discurso racista conferiu as bases de sustento do processo colonizador, da exploração da mão-de-obra dos africanos escravizados, da concentração do poder nas mãos das elites brancas locais no pós-independência, da existência de um povo superexplorado pelas intransigências do capital. Em suma, o racismo foi amparo ideológico em que o país se apoiou e se apóia para se fazer viável. Viável, obviamente, nos termos de um pacto social radicalmente fundamentado, do qual as elites nunca abriram mão (FLAUZINA, 2008, p. 17).

Apesar da abolição da escravatura, com a assinatura da Lei Áurea em 1888, essa população foi excluída do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, repercutindo na segregação racial e social existente na realidade atual brasileira, mesmo com avanços de políticas inclusivas, ainda há grande desigualdade na distribuição de renda e índice elevado de homicídios e encarceramento dos negros e pobres no Brasil (SCHMIDT, 2017).

A abolição da escravatura em 1888 marcou o fim do regime monárquico e início da Primeira República ou República Velha (1889-1930). Esse período foi caracterizado pelo domínio das oligarquias que se mantiveram no poder mediante alianças políticas, corrupção e fraudes eleitorais e, principalmente, através do patrimonialismo e coronelismo.

O patrimonialismo, apesar de estar presente no período colonial, é uma prática política que se repete durante a República Velha, tornando-se característico dos regimes políticos oligárquicos, no qual o coronelismo foi um fenômeno patrimonialista que marcou essa época. O mesmo se configura como uma forma política de dominação, uma vez que se realiza quando o líder político instrumentaliza o poder público, ou seja, usufrui do poder que detém ao ocupar um cargo na esfera pública, utilizando-se de recursos do Estado, como verbas públicas, com o objetivo de obter benefício próprio ou de algum aliado. E, assim, satisfaz seus interesses particulares, como a sua permanência no poder, e adquirindo privilégios pessoais (SCHWARCZ, 2019).

De acordo com Schwarcz (2019, p. 56), o patrimonialismo:

[...] é resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. Ou, dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, "patrimônio" de quem detém o poder.

[...] passou a designar, então, a utilização de interesses pessoais, destituídos de ética ou moral, por meio de mecanismos públicos.

O coronelismo é um fenômeno típico do interior, fundado em uma sociedade, majoritariamente, rural, e se caracteriza como uma forma de poder e dominação política onde os coronéis, isto é, os grandes latifundiários donos de terras aliados do governo que recebiam o título de coronel. Os coronéis eram chefes locais que exerciam poder absoluto sobre a população local e usavam do mandonismo e do clientelismo como mecanismos para controlar o processo eleitoral, de forma que conseguissem alcançar seus objetivos e atender seus interesses particulares que eram, principalmente, garantir a perpetuação do mesmo grupo político e fortalecimento de seus cargos políticos (TEODOSIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2012).

Esses chefes locais usavam de práticas como o mandonismo, caracterizada pelo poder exercido por aqueles que possuíam grande posse de terra sobre a população local, com a finalidade de manutenção da ordem social e, assim, evitando revoltas populares; bem como para o controle eleitoral na busca de votos políticos, por meio de ações violentas como ameaças, intimidação e coação eleitoral. Os eleitores eram coagidos e obrigados a votarem no candidato indicado pelos coronéis, caso contrário receberiam punições através de violência física ou perseguição pessoal, prática conhecida como voto de cabresto (Idem).

Utilizavam-se, ainda, de práticas políticas baseadas na troca de favores para conquistar votos que os favoreciam, como o clientelismo. O clientelismo é uma prática política usada com a finalidade de conquistar e consolidar posições de poder, uma vez que era oferecido um favor em troca da concessão de outro benefício entre sujeitos que ocupam posições desiguais na sociedade (Idem).

Neste caso, caracteriza-se em uma ação política praticada entre coronéis e a população eleitora, com o fornecimento de benefícios pelos coronéis e direcionados a população local. Essa população local eleitora era formada por trabalhadores das propriedades rurais dos coronéis e por moradores das áreas próximas às suas fazendas que estavam sobre seu domínio (Idem).

Portanto, durante a República Oligárquica, os coronéis latifundiários usavam tanto da violência, como da troca de favores, para coagir o voto dos eleitores nos candidatos apoiados por eles. E, assim, assegurar a permanência dos mesmos

grupos oligárquicos no poder, de forma que continuassem dominando os grandes espaços de representação política, reduzindo a determinados grupos o poder de tomar decisões políticas e econômicas que os favorecessem e que determinavam o futuro do país, excluindo grande parcela da população desse processo decisório.

Práticas políticas realizadas pelos coronéis durante esse período oligárquico ainda estão presente na política atual brasileira, mesmo após o fim da Primeira República e com as mudanças promovidas na política do país, como a instituição da Justiça Eleitoral e do voto secreto. A corrupção nas eleições, a compra e venda de votos em troca de favores e a coação dos eleitores, feita através da intimidação e de ameaças caso o eleitor se recusasse a votar em um determinado candidato, ainda são práticas existentes e comum no processo eleitoral brasileiro, contribuindo para a concentração do poder nas mãos dos mesmos representantes e grupos políticos, impedindo a ascensão de outros (TEODOSIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2012).

A República Velha foi sucedida pela chamada Era Vargas (1930-1945) após a crise financeira enfrentada pela economia cafeeira com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. A Era Vargas foi o período governado por Getúlio Vargas que marcou o início do processo de industrialização brasileira e de consolidação do modo de produção capitalista no país (PESSOA, 2019).

Em consequência desse processo, houve elevada migração e concentração da população nas grandes cidades, marcando a passagem da sociedade agrária com herança colonial e escravista para a sociedade de classes urbana contemporânea, formando-se um proletariado urbano, especialmente na região sudeste do país. Juntamente a isso, houve o aumento das desigualdades sociais, assim como das reivindicações populares e o agravamento dos conflitos sociais no campo e nas cidades, frente à concentração e acumulação da riqueza nas mãos de poucos, sobretudo, sob domínio da classe burguesa (LEITE JÚNIOR, 2009).

O intenso processo de industrialização e urbanização forneceu as condições favoráveis para o surgimento de formas políticas de dominação como o populismo e o paternalismo. Vargas foi um líder político paternalista, ao se apresentar como “pai” da nação, e populista, ao assumir uma figura carismática por meio da promoção de discursos manipuladores que dizem defender os direitos do povo, de maneira que favorecessem a adesão em massa à sua figura política (PESSOA, 2019).

Em regimes populistas e paternalistas como o varguista, também são utilizadas práticas clientelistas a serviço do líder populista. O líder populista trabalha na perspectiva de procurar construir uma relação de reciprocidade com seus eleitores, relacionando-se com estes através do atendimento de suas demandas e concessão de benefícios, trocando favores por votos. Ao tornar pública sua ação política, o político enfatiza sua capacidade de atingir os resultados desejados ao responder as demandas sociais, seja de forma individual ou no atendimento das solicitações de grupos, da população eleitora de uma determinada região; de maneira que essa ação será convertida em votos (GONÇALVES, 2011).

Portanto, com o uso de práticas políticas clientelistas e, também, em formas políticas paternalistas e populistas, somado a implementação de um conjunto de ações assistenciais em favor do povo, porém sem pretensão de transformar a sua condição socioeconômica; Vargas buscava conquistar apoio popular e a maior adesão das massas urbanas. Ademais, tinha a finalidade tanto de manutenção do poder de determinadas elites e redução da participação popular nas decisões que determinarão o destino do país; bem como desejava acalmar os ânimos da população e amenizar o descontentamento e as pressões da classe operária, evitando possíveis revoltas.

Além de tais formas e práticas políticas que acompanhou o desenvolvimento industrial e a modernização do país, continuou vigorando no governo Vargas relações de dominação a partir da adoção de um modelo político autoritário. O autoritarismo configura-se na concentração do exercício do poder, única e exclusivamente, em uma liderança ou grupo político, no qual se opõe a liberdade individual e exige obediência absoluta e inquestionável da população à essa autoridade política, logo, segue direção contrária a democracia (PESSOA, 2019).

O Estado brasileiro, articulado com a elite burguesa financeira e monopolista, adotou um conjunto de práticas políticas com caráter autoritário a fim de manter a dominação burguesa e os privilégios dessa classe, priorizando suas exigências e interesses em garantir o desenvolvimento capitalista do país e a acumulação de capital, de maneira que a massa popular foi excluída desse processo, sofrendo repressão diante de seus movimentos e organizações sociais (Idem).

Ressalta-se que para Chauí (2017), as relações sociais no Brasil são estabelecidas sobre base autoritária, ou seja, a sociedade brasileira é autoritária em sua constituição.

[...] temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político (CHAUI, 2017, p. 252).

Acrescenta ainda (Idem, 2006, p. 135):

Estamos acostumados a dizer que, periodicamente (e infelizmente), o Brasil passa pelo autoritarismo das ditaduras. Esse costume nos faz acreditar que o autoritarismo é um fenômeno político referido ao regime de governo e não nos deixa perceber que o autoritarismo é estrutural, isto é, o modo de ser e de se organizar da própria sociedade brasileira. E porque não percebemos essa realidade também não percebemos a violência como forma cotidiana e costumeira de nossas relações sociais e políticas.

Com o golpe efetuado por militares em 1964, que levou a destituição do governo do presidente João Goulart, eleito democraticamente, se instaurou uma ditadura civil-militar que teve duração de 21 anos, vigorando no país entre os anos de 1964 a 1985. Esse período em que o país se encontrava sob uma ditadura civil militar⁶ foi marcado por forte autoritarismo e pela utilização da violência como mecanismo de repressão contra toda e qualquer oposição aos governos desse regime (O LEGADO, 2021).

Foram criados o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), órgãos de repressão que realizavam a função de controle e investigação dos brasileiros que se posicionavam contrários ao regime ditatorial, sejam grupos ou pessoas. Militares usavam de diferentes ferramentas de repressão para obter informações, como a captura de opositores e a submissão destes as várias sessões de tortura para revelarem o que eram interrogados (Idem).

Entre os sujeitos que se mobilizavam na clandestinidade contra as arbitrariedades do regime, estavam os estudantes, professores, sindicalistas,

⁶ Quando falamos de ditadura, compreendemos que não foi apenas militar, mas civil, ou seja, com a participação de parte da sociedade civil.

indígenas e membros de movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. Estes opositores, considerados subversivos, sofriam as mais variadas formas de violência praticadas por militares, se configurando em perseguições, sequestros, torturas, prisões, assassinatos e desaparecimentos forçados; além de diferentes casos em que houve cassação de direitos políticos e impedimento da permanência no país, obrigando-os a se exilarem em outro país. Tais práticas violentas, especialmente, de execuções e torturas se agravaram em larga escala após a aprovação e implementação do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), em 1968 (Idem).

O autoritarismo da ditadura militar também se manifestou no controle excessivo exercido pelos militares da imprensa e dos conteúdos publicados por ela, logo, a imprensa não tinha autonomia e liberdade, pois eram censuradas qualquer crítica negativa voltada à ditadura ou fato que pudesse ameaçar o poder e os interesses dos militares (Idem).

A censura era usada como uma estratégia tanto para o abafamento dos escândalos de corrupção, como para o ocultamento de denúncias contra as atrocidades cometidas durante esse período, por exemplo, os casos de violações de direitos humanos. Impedia, ainda, a fiscalização das contas da União por diferentes órgãos e entidades de Estado e da sociedade civil, como o Ministério Público e a Polícia Federal, não permitindo a divulgação de dados da economia do país por parte da imprensa (Idem).

O autoritarismo, apesar de ter perpassado por diferentes momentos ao longo da formação social e histórica brasileira, com acentuação na Era Vargas e nos governos da ditadura militar (1964-1985); ainda se mantém presente nas relações que se estabelecem atualmente, mesmo com os avanços democráticos após o fim do regime ditatorial civil militar e a promulgação da Constituição de 1988 (PESSOA, 2019).

Diante do breve percurso realizado com a exposição de aspectos históricos fundamentais para a compreensão de como o fenômeno da violência atravessa a formação da atual sociedade capitalista brasileira, é possível afirmar que a violência esteve presente no Brasil desde a sua constituição, no período em que ainda era colônia portuguesa, até o contexto contemporâneo em que se insere enquanto um país capitalista formado por uma sociedade de classes.

Portanto, tais elementos apresentados foram determinantes para a construção de uma sociedade desigual e violência, por se configurar em um problema fruto do processo de colonização e escravização, no qual foram estabelecidas relações de dominação pelos colonizadores sobre os indígenas e africanos. E, a perpetuação dessas relações baseadas no poder e domínio sobre o outro, levaram, posteriormente, a intensificação da violência frente ao agravamento das desigualdades e da exclusão de parcela específica da sociedade civil, formada pela classe subalterna, do processo de desenvolvimento do país.

Desde então, as diversas manifestações da violência que permearam todo esse processo histórico de formação do Brasil refletiram na formação da região da Baixada Fluminense. Esse território, ao se integrar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) como uma periferia, experimentou a violência expressa de maneira acentuada nos municípios que o compõem e na vida de seus habitantes. Tal ponto referente à Baixada será abordado no próximo capítulo.

3 VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE

3.1 A constituição do território da Baixada Fluminense enquanto periferia

No presente capítulo buscarei abordar, primeiramente, a respeito do território da Baixada Fluminense, sua caracterização enquanto um território que se constituiu como uma periferia integrada à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Em seguida, será apresentada uma breve trajetória referente à emergência da violência na Baixada Fluminense, como um fenômeno presente na sua formação territorial, com enfoque na ascensão dos grupos de extermínio e seu *modus operandi*. E, por fim, após apontar a Baixada como uma região construída a partir da violência, trarei dados que são de extrema relevância para demonstrar que a mesma ainda se faz presente nesse território nos dias atuais, expressando a gravidade do problema através de números alarmantes acerca dos desaparecimentos forçados e das operações e chacinas policiais, considerando, ainda, como essa violência perpassa a questão racial.

A Baixada Fluminense, também conhecida como recôncavo da Guanabara ou baixada da Guanabara, é uma região que integra o estado do Rio de Janeiro, inicialmente demarcada por toda a extensão do recôncavo da Serra do Mar, formada por um relevo de baixas planícies sujeitas à inundação, localizada entre o município de Itaguaí e o município de Campos dos Goytacazes (OLIVEIRA; SANTOS, 2005).

A região da Baixada é composta, então, por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

Cabe ressaltar que a Baixada Fluminense não existe oficialmente enquanto Região Administrativa de governo. Contudo, quando a Secretaria de Segurança Pública a institui como uma região, tal fato assinala que sua existência só ganha contornos de “realidade” se entendida a partir das atrocidades criminais que vitimizam seus moradores. Desse modo, a violência oficializa esta região para os órgãos governamentais. Todavia, embora para a Secretaria de Segurança Pública o entendimento de Baixada Fluminense passe, inequivocamente pela questão da violência, as políticas públicas ofertadas a essa sub-região metropolitana expõe uma distinção estratégica clara quando comparada ao núcleo metropolitano (ALBUQUERQUE, 2020, p. 186-187)

O início da ocupação populacional dos municípios da Baixada Fluminense está relacionado à expansão fundiária e a dinâmica econômica apresentada pelo Rio de Janeiro, na época em que este era capital do país. Entretanto, foi a partir da década de 1970 que esse território passou por um acelerado processo de adensamento populacional e urbanização ao se integrar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), criada em 1973, após a transferência da capital do país para Brasília em 1960 (ALBUQUERQUE, 2021a).

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta por Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

A Baixada se inscreve como integrante periférica dessa Região e, apesar do vínculo com o núcleo metropolitano, isto é, a cidade do Rio de Janeiro, fica evidente a desigualdade existente entre as duas partes. Esta desigualdade é desencadeada a partir do núcleo metropolitano, onde se concentra a maior parte da riqueza produzida, e refletida sobre a periferia metropolitana fluminense, assolando seus habitantes de diferentes formas e níveis com as expressões dessa disparidade (ALBUQUERQUE, 2021a).

Essa Região, marcada pela intensidade do fluxo econômico e de trabalhadores entre as suas partes integrantes, concentra a maior parte dos postos de trabalho no seu núcleo metropolitano. Em contrapartida, o baixo desenvolvimento e dinamismo econômico de alguns municípios da Baixada, aliado a baixa qualificação de parcela significativa da sua população, contribui para a criação de postos de trabalhos informais e de baixa remuneração nessa região (Idem).

A periferia baixadiana, que ocupa parte da metrópole do Rio de Janeiro, foi constituída a partir de um processo de violência na forma de segregação urbana da classe trabalhadora, efetuada com maior intensidade a partir da década de 1950, marcando a formação histórica e socioespacial dos municípios que a compõem (ALVES, 2005).

Os municípios da Baixada Fluminense, também chamados como cidades-dormitórios, cumpriam e ainda cumprem o papel de abrigar enorme quantidade de mão-de-obra barata e de baixa qualificação que foram expulsas das áreas mais próximas ao núcleo metropolitano, destinando a esse território metropolitano

fluminense a população de menor poder aquisitivo. A transferência de parte da demanda por habitação da região que constitui o grande centro urbano da cidade do Rio de Janeiro para os municípios da Baixada, gerando significativa ocupação populacional nesse território, contribuiu para diminuir o crescimento das construções ilegais das áreas centrais da metrópole, absorvendo aqueles que eram removidos forçadamente da mesma (OLIVEIRA; SANTOS, 2005).

No entanto, esse processo de segregação socioespacial realizada com o consentimento e incentivo do Estado e que levou ao afastamento físico dos trabalhadores da área central onde está concentrada grande parte das atividades econômicas, não impossibilitou a absorção da mão-de-obra. Isto porque o Estado promoveu intervenções na infraestrutura da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) com a criação de linhas ferroviárias que fazem a ligação da periferia com a capital, de modo que possibilitou a incorporação do trabalhador ao centro econômico da cidade do Rio de Janeiro, favorecendo, mesmo que de forma precária⁷, a realização do trajeto casa-trabalho e vice-versa (ALBUQUERQUE, 2020).

Logo, mantendo-o relativamente próximo ao local de trabalho, apesar dos entraves existentes para acessar os postos de trabalhos localizados no núcleo metropolitano, como, por exemplo, o tempo gasto no deslocamento para chegar ao trabalho⁸. Considerando que quanto mais tempo o trabalhador despende no transporte público para se deslocar, menos horas do dia lhe resta para usar em seu descanso e lazer ou tempo para investir em sua qualificação (ALBUQUERQUE, 2021a).

Destaca-se que os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com o seu desenvolvimento econômico, incorporaram parcela da população economicamente ativa da Baixada, contudo, não superaram a capacidade da cidade-polo da metrópole (Rio de Janeiro) de absorver parte significativa da classe trabalhadora

⁷ No contexto metropolitano, dos 22 municípios, apenas Rio de Janeiro e Petrópolis possuem planos de mobilidade finalizados e legislações que os regulamentam. Ao contrário de Niterói, que possui plano finalizado, mas ainda não tem uma legislação que o normatize. Apesar de haver uma legislação nacional que regulamenta essa pauta, chama a atenção que mais da metade dos municípios metropolitanos (15) não iniciaram seus planos de mobilidade e/ou não responderam se possuem ou iniciaram ações. O que impacta diretamente a mobilidade dos moradores dentro de seus territórios, afetando, conseqüentemente, a mobilidade em toda a região metropolitana (CASA FLUMINENSE, 2021, p. 57).

⁸ [...] os dados referentes ao Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) apontam o elevado percentual de trabalhadores que gastam mais de uma hora para chegar aos seus locais de trabalho. Em Japeri, mais da metade da força trabalhadora local necessita de um deslocamento superior a uma hora para realizar o trajeto casa-trabalho. Em Queimados esse total chega a 47% e em Belford Roxo 43% (ALBUQUERQUE, 2021a, p. 74).

dessa região, frente à concentração de uma gama de atividades econômicas (OLIVEIRA; SANTOS, 2005).

Com esse processo de crescimento populacional e urbanização, a disseminação da violência acontece em paralelo às ações governamentais ineficientes em abrangência e em efetividade, destinadas ao público que ocupa esse território, em sua maioria, uma população de baixo perfil socioeconômico. Efetuam-se políticas deficitárias para além da área de segurança, na qual este campo da segurança foi marcado pelas ações de agentes públicos estatais que atuavam às margens das leis (ALBUQUERQUE, 2021b).

As políticas sociais direcionadas a Baixada Fluminense possuem caráter focalistas e ou assistencialistas. Tais políticas sociais que deveriam ser oferecidas como direito social, em muitos casos, são transformadas em privilégio por políticos, ao usarem a prática do clientelismo, “limitando o conceito de cidadão a meros usuários e beneficiários dos serviços” (OLIVEIRA; SANTOS, 2005, p. 15).

No que se refere à área cultural, a Baixada Fluminense também sofre com a ineficiência de ações governamentais nessa esfera, uma vez que os equipamentos culturais mantidos pelo governo do estado estão, majoritariamente, concentrados na capital da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Dentre o total de 18 equipamentos culturais públicos do governo do Estado do Rio de Janeiro que estão sob responsabilidade da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ), 16 deles estão localizados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). No entanto, desses 16 equipamentos culturais, 13 estão na capital e os 3 restantes estão em Niterói, enquanto os municípios da Baixada Fluminense, até o ano de 2021, não possuíam nenhum espaço cultural gestado pela fundação (ALBUQUERQUE, 2021a).

A organização geográfica desigual desses espaços culturais de gestão pública, entre centros culturais, museus e teatros; indica que a diferença existente na prestação desse tipo de serviço e consumo desses bens culturais voltados ao lazer é uma escolha política, pois segue a lógica do mercado, um dos motivos que explicam a concentração destes espaços próximos à população de renda mais elevada. Logo, áreas como a Zona Sul do Rio de Janeiro, onde a renda é mais elevada, é contemplada com a presença de 6 espaços culturais, mesmo com uma

população inferior ao número de habitantes que compõem toda a região da Baixada (Idem).

Isso demonstra que o Estado, ao favorecer algumas áreas com equipamentos culturais em detrimento de outras áreas, não atua objetivando a construção de uma sociedade menos desigual, no sentido de diminuir as disparidades entre as regiões que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), pelo contrário, promove o acirramento das desigualdades entre elas.

Essa configuração periférica em que se insere a Baixada Fluminense, a partir do somatório de um território violento, diante da ineficácia da atuação governamental, e uma região habitada, majoritariamente, por uma população de baixo status social; contribuiu para construir no imaginário social, nacional e fluminense, estigmas e estereótipos negativos referente à Baixada, associando-a, principalmente, ao atraso socioeconômico, a violência e a carência de investimento em políticas sociais que produzam resultados efetivos (ALBUQUERQUE, 2021b). Assim, “[...] atribui-se à ‘Baixada’ uma ideia ‘qualificadora’, quase que adjetivada, associada às noções de miséria, fome, violência, grupos de extermínio, periferia, lugar distante” (ROCHA, 2013, p. 145).

Portanto, apesar do seu grau de urbanização com grande concentração populacional e da proximidade geográfica com a cidade do Rio de Janeiro, favorecendo a relação com o centro de atividades econômicas do estado; a condição de periferia da Baixada expressa o desfavorecimento socioeconômico daqueles que vivem nesse território, bem como a violência em larga escala que se faz presente em seus municípios, diante da ausência da ação estatal ou, até mesmo, do seu consentimento, frente às práticas violentas efetuadas por grupos que agem às margens da lei nessa região.

Assim, no tópico seguinte será apresentado como a violência foi parte fundante no processo de conformação territorial da Baixada Fluminense, uma região onde a violência se fez presente desde a sua ocupação populacional, dando ênfase a ascensão dos grupos violentos conhecidos como grupos de extermínio.

3.2 A constituição da violência na Baixada Fluminense

Diante do exposto no tópico anterior, apesar da Baixada Fluminense possuir grande importância para a economia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), ao abrigar parcela significativa da população economicamente ativa responsável por contribuir na geração de riquezas do Rio de Janeiro; a mesma se insere em um contexto de violência, no qual seu território é exposto e sofre cotidianamente com a violência estatal, diante das políticas sociais deficitárias oferecidas na esfera social, cultural e de segurança.

A partir disso, esse tópico se propõe a fazer uma síntese do surgimento da violência na Baixada Fluminense como um fenômeno intrínseco ao seu processo de formação, enquanto um território periférico, com destaque ao aparecimento dos grupos de extermínio e sua forma de atuação.

A manifestação inicial da violência no território baixadiano possui ligação com questões latifundiárias, ou seja, na disputa por territórios e ampliação de terras privadas. A violência na Baixada Fluminense, em um primeiro momento, teve efetiva ligação com o coronelismo rural, uma prática política comum em áreas rurais do século XIX, presente na conjuntura sociopolítica brasileira do período da Primeira República, e repercutiu no início do século seguinte, se estendendo nas relações estabelecidas na Baixada durante o processo de adensamento populacional e intensificação do loteamento de terras dessa região, a partir da década de 1930 (ALBUQUERQUE, 2020).

Os “coronéis” que atuavam nessa região possuíam domínio territorial e exerciam uma autoridade extraoficial sobre esse espaço frente à ineficiência, abandono ou, até mesmo, consentimento das forças oficiais de segurança. Com isso, foram progressivamente instituindo as leis, definindo as sentenças e promovendo as execuções; inaugurando-se, assim, um território do medo diante da acentuada violência física adotada (Idem).

Como aborda Alves (1994, p. 10), neste momento inicial, a violência nesse território:

esteve associada à atuação das milícias vinculadas às empresas e grupos loteadores que retalhavam as terras de acordo com a resistência dos ocupantes anteriores. Estes, por sua vez, respondiam, em casos extremos, de forma armada, iniciando os conflitos que transformaram a Baixada numa área conflagrada (ALVES, 1994, p. 10).

Dessa forma, a violência nesse território foi usada como um mecanismo efetivo para demarcação da propriedade privada. “A associação da Baixada Fluminense com a violência nasceu dessa tensão gerada entre os ‘posseiros’ e aqueles que se autodenominavam proprietários das terras” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 184).

Essa região foi marcada pela efetivação de práticas violentas como ferramenta sociopolítica, logo, processou-se o movimento de transmutar violência em poder político, ou seja, usar práticas violentas para a execução de um projeto de poder. Movimento este que se potencializou com o crescimento populacional e desenvolvimento socioeconômico da região, a partir da segunda metade do século XX, com o advento da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964 (ALBUQUERQUE, 2020).

Nessa direção, foi no período da ditadura militar em que a violência teve sua conflagração na Baixada, dando início a um novo momento no que se refere às práticas violentas de coerção física. Tais práticas violentas eram expressas na execução sumária e nos desaparecimentos forçados de determinados sujeitos, principalmente, assaltantes, ladrões, vendedores de drogas; realizadas por grupos de extermínio formados inicialmente por policiais que tinham envolvimento direto nestas execuções e desaparecimentos (ALVES, 1998).

Esse processo, em alguma medida, encontra exemplos na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, em razão da dinâmica mais complexa da capital fluminense, essas representações paramilitares embora consigam alcançar de forma direta o poder legislativo, têm sua força política diluída frente a outros agentes. Na Baixada Fluminense, por sua vez, esses grupos violentos podem se desenvolver politicamente sem nenhum contraponto significativo, pois além de se constituírem a partir da violência, em alguns municípios os grupos paramilitares são, também, a principal força econômica local (ALBUQUERQUE, 2021b, p. 35-36).

Apesar da emergência de alguns grupos de extermínio na década de 1950, o esquema violento dos grupos de extermínio ganhou força no território da Baixada a partir da criação da Polícia Militar em 1967, com a intenção de servir como uma força repressiva e ostensiva auxiliar durante período do golpe civil-militar de 1964 (ALVES, 1998).

Os integrantes destes grupos oriundos do aparato policial e responsáveis por perpetrar ações violentas de extermínio, utilizam da violência como meio de

resolução de conflitos e manutenção da ordem e segurança pública; bem como atuavam na prestação de serviços tanto para os grupos econômicos que os financiavam, os comerciantes e empresários locais, como também para políticos locais que forneciam suporte para esses grupos, garantindo o seu funcionamento. Estes políticos locais se aproveitavam dessa modalidade (de extermínio) para conseguir alcançar seus objetivos eleitorais. Assim, a articulação entre políticos, comerciantes e militares permitiu a ascensão dos grupos de extermínio no espaço da Baixada Fluminense (Idem).

Com enfraquecimento do regime militar, em uma conjuntura de abertura política, no início da década de 1980, houve alterações na relação estabelecida entre o aparelho estatal e os agentes públicos de segurança que integravam os grupos de extermínio, logo, alterou-se a maneira como estes grupos funcionavam nas práticas de execuções sumárias, frente à maior exposição e cobrança midiática (Idem).

“Temendo o fim da impunidade dos crimes acobertados antes pelos militares” (ALBUQUERQUE, 2021b, p. 22), construiu-se um novo perfil de agentes responsáveis por realizar serviços pautados na violência. Os policiais militares e civis que atuavam nos grupos de extermínio mantiveram envolvidos a estes grupos, porém de forma indireta, passando a agenciar, em conjunto com os políticos locais, membros da sociedade civil para realizar seus serviços (ALBUQUERQUE, 2021b).

Diante disso, foram incluídos os grupos de extermínio, sujeitos não vinculados ao aparato estatal de segurança, onde estes grupos passaram a ser constituídos, também, por agentes não-policiais; consolidando, assim, os grupos paramilitares que agiam de modo autônomo frente ao aparelho policial. “Tal movimento pode ser entendido como precursor das chamadas milícias, as quais dominam partes da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense no período atual” (ALBUQUERQUE, 2021b, p. 22).

Ademais, nesse período de redemocratização do país surge a chamada “Mão Branca”, tal nome foi “um artifício para ocultar e promover a atuação de inúmeros grupos de extermínio” (ALVES, 2005, p. 25), no qual eram atribuídas a autoria de várias denúncias de chacinas.

Na área de segurança pública, no primeiro mandato em que Leonel Brizola governou o estado do Rio de Janeiro, iniciado em 1983 e finalizado em 1987, foi

criada uma comissão especial direcionada para apurar os processos relacionados aos crimes que eram atribuídos aos grupos de extermínio na Baixada (ALVES, 2005).

Entretanto, esse movimento iniciado no primeiro governo Brizola foi fracassado e, no governo seguinte de Moreira Franco (1987-1991), esses grupos permaneceram atuando de maneira desenfreada, de forma que no ano de 1989 houve o mais alto índice de homicídios da Baixada: “95,55 mortos por 100 mil habitantes.” (ALVES, 1998, p. 127). Assim, “os resultados das políticas públicas na área de segurança na década de 80 serviram mais para demonstrar a força do esquema de execuções montado do que para impor-lhe limites” (ALVES, 2005, p. 24).

Logo, estes grupos possuíam as condições adequadas para que continuasse funcionando, pois, além do suporte fornecido pelos políticos e financiamento de comerciantes e empresários, faziam “uso privado do aparato da justiça que era mantida pelos recursos públicos do Estado” (ALVES, 2005, p. 23).

Essas condições os favoreciam frente à ação judicial, ou seja, diante dos diversos processos que recebiam referentes aos crimes atribuídos a estes grupos, principalmente, em período de campanha eleitoral. Uma vez que, em período de campanha eleitoral, parte dos candidatos a vereadores, deputados e prefeitos da região da Baixada, caracterizada por um dos maiores colégios eleitorais do país, estabeleciam vínculo com agentes públicos do aparato policial membros dos grupos de extermínio, financiando-os para que realizassem serviços ilegais que os beneficiassem na forma de garantia de sua eleição e permanência no cargo político (ALVES, 2005).

A partir disso, políticos contribuíam para dificultar o andamento das investigações das denúncias contra estes grupos, fazendo alianças que acobertassem os esquemas de fraudes e adulteração de processos e, também, de desaparecimentos e eliminação de testemunhas, de maneira que muitos processos contra integrantes desses grupos de extermínio não obtiveram apurações ou condenações, diante a falta de testemunhas para os casos pelo fato do aparato policial, encarregado por dar suporte a estas testemunhas, estar respondendo pela

autoria de um crime (Idem). Logo, há diferentes situações que impossibilitaram ou dificultaram a resolução dos processos⁹.

Após o fim do regime ditatorial militar e a reabertura política, a partir dos anos 1990, a violência nesse território se aprimora com a inserção de agentes ligados aos grupos de extermínio na área política, ocupando o legislativo e executivo dos municípios da Baixada Fluminense. Com isso, “ocorreu a ‘politização’ da violência, de modo que os mecanismos de repressão foram convertidos em instrumentos políticos” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 186).

Fatores como a imputação do medo através da violência, somado ao respeito adquirido de parcela da população que aprova a forma como esses grupos atuam, fazendo uso da violência para “combater” a violência; favoreceram para que esses agentes alcançassem cargos públicos no legislativo e no executivo (ALBUQUERQUE, 2020).

A trajetória política de vários membros de grupos de extermínio, eleitos a partir da notoriedade adquirida enquanto matadores, nos dá toda a dimensão da tragédia das milhares de pessoas cuja única referência de segurança pública foi dada pela atuação dos esquadrões da morte, pelo controle exercido recentemente por traficantes e pela atuação comprometida do aparelho judiciário que, em mais de 90% dos casos de homicídios não consegue identificar a autoria dos crimes nem constituir processo (SOARES, 1996 apud ALVES, 2005, p. 21).

Desse modo, os agentes executores da violência sofisticam sua atuação, pois se aproveitavam da “legitimação” obtida ao compor cargos públicos, seja diretamente ou por intermédio de pessoas ligadas aos seus interesses, e da “compra” de parte do poder judiciário, para permanecerem agindo às margens das leis (ALBUQUERQUE, 2020). “Essa articulação, a qual consiste em um fenômeno peculiar à Baixada Fluminense no tocante à sua eficácia e extensão, fornece indícios para o entendimento da região como lócus da “violência por excelência” (ALBUQUERQUE, 2021b, p. 36).

⁹ Temos situações em que as instituições de investigação e denúncia funcionam, mas o processo [permanecia e ainda] permanece estagnado, devido à ineficácia do Poder Judiciário. Em outras situações, os agentes públicos acusados escoram-se no chamado auto de resistência, e assim trocam de papel, tornando os algozes vítimas. São comuns também alguns fatos graves que revelam o descaso de agentes estatais para a resolução dos crimes, impossibilitando ou dificultando a resolução dos mesmos, como o desaparecimento da arma do crime (JUSTIÇA GLOBAL, 2005, p. 57).

Sendo assim, o campo político da Baixada Fluminense, da mesma maneira que a política brasileira, foi permeado por relações de poder e dominação fundamentadas no binômio clientelismo-violência. Os políticos locais da Baixada utilizavam-se do clientelismo político para conseguir apoio popular, caracterizando-se na troca de favores entre candidatos políticos e a população eleitora, expresso, por exemplo, na distribuição de alimentos em regiões carentes do país (ALVES, 2005).

Além do clientelismo, estes políticos também faziam uso da violência com o mesmo objetivo de conseguir votos, a partir da associação com grupos de extermínio, financiando-os para realizar serviços de ameaça e intimidação eleitoral e, em casos específicos, a eliminação de rivais políticos; sem deixar de considerar a corrupção existente no processo de apuração eleitoral. Nesse sentido, a “violência do extermínio foi assim convocada para garantir a manutenção dos interesses econômicos e políticos dos que tinham na Baixada seus grandes negócios” (ALVES, 1994, p. 10).

Portanto, esse território se insere em uma realidade historicamente violenta, no entanto, os diferentes níveis e formas de violência que provocam múltiplos efeitos nos espaços nos quais se manifesta, atingindo principalmente a vida de seus moradores, não são exclusivas e restritas somente a este espaço, suas expressões também se encontram presentes nas demais periferias nacionais (ALBUQUERQUE, 2020).

Destaca-se que há uma diferença entre a violência praticada em áreas nobres e em áreas periféricas, uma vez que a violência que se materializa com predominância em espaços de valorização imobiliária é na forma de atentados contra a propriedade, configurando-se em assaltos a residências, roubos de carros e objetos pessoais de alto valor. Já em espaços de baixa valorização imobiliária, como as periferias, além das formas como se manifesta em áreas constituídas por pessoas com alto poder aquisitivo, a violência está ligada as práticas contra a integridade física, como os homicídios, as chacinas e os desaparecimentos forçados (ALBUQUERQUE, 2021b).

Assim, enquanto a violência contra a propriedade existente em áreas nobre sem regra não objetiva a dominação territorial daquele espaço, a violência em áreas periféricas permite a transmutação de um ato

imposto à integridade física e mental de alguém em um projeto de poder político sobre aquele espaço (Idem, p. 19-20).

As notícias propagadas pela mídia burguesa que reforçam o medo social contra a classe subalterna, considerada como “classe perigosa”, contribui para a estigmatização e esteriotipação tanto do território, como de seus residentes, alimentando o consenso em torno do apelo social pela punição desses sujeitos e defesa da hegemonia dominante (SCHMIDT, 2017).

Essa classificação dada às classes subalternas e a percepção social predominantemente negativa vinculada ao território da Baixada, como um lugar de extrema violência e de criminalidade exacerbada, onde sua ocupação é destinada somente a classe de baixo status social; é fortalecida no imaginário social diante da existência de elevada taxa de violência que acomete esse espaço e assolam a vida da população local.

Sendo assim, o tópico seguinte se preocupará em expor o nível elevado de violência que ainda se faz presente nessa região, expressando a sua manifestação na forma de desaparecimentos forçados, operações e chacinas policiais, bem como ressaltando como essa violência perpassa a questão racial.

3.3 A expressão da violência na Baixada Fluminense: a realidade em números

A partir do abordado no tópico anterior, a Baixada Fluminense, enquanto uma região periférica, se constituiu historicamente em uma realidade marcada por relações fundamentadas na violência, que ainda se manifesta na vida daqueles que habitam nessa região, majoritariamente, uma população de baixo perfil socioeconômico.

O grau de violência que se expressa nesse território atualmente pode ser percebido a partir do levantamento de 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), onde 4 das 50 cidades mais violentas do Brasil com população acima de 100 mil habitantes, segundo a taxa de Mortes Violentas Intencionais¹⁰,

¹⁰ A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 22).

estão localizadas na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro: Itaguaí (ocupando o 16º lugar com 61,6 homicídios); Queimados (ocupando o 17º lugar com 61,2 homicídios); Duque de Caxias (ocupando o 43º lugar com 44,3 homicídios) e Belford Roxo (ocupando o 49º lugar com 41,8 homicídios).

Com isso, no presente tópico serão expostos alguns dados que possam demonstrar e dimensionar numericamente a intensidade da violência em que esse espaço é vitimado, no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Dados estes referentes ao número de desaparecimentos forçados e operações e chacinas policiais, destacando, ainda, como essa violência perpassa a questão racial.

No que diz respeito aos desaparecimentos forçados de corpos, existem, no âmbito internacional, inúmeros documentos oficiais que investigam e combatem esse fenômeno, como a Convenção Interamericana de Desaparecimentos Forçados de Pessoas, assinado pelo Brasil em 1994. Entretanto, apesar da existência de recomendações internacionais que tratam dessa temática e da assinatura do país nesses documentos, no âmbito nacional não há um registro oficial que tipifica essa categoria de violência como um crime, ao invés disso, esses casos são destinados para a categoria de pessoas desaparecidas. Isto revela o envolvimento do próprio Estado, seja por meio da ação direta ou pela displicência e desinteresse diante dos incontáveis casos em que esse método violento é usado e atinge, majoritariamente, territórios periféricos (IDMJR, 2022).

Essa prática esteve presente em diferentes momentos históricos do país e em condições diversas, sendo utilizadas como forma de terror do Estado, principalmente, durante a ditadura militar, frente ao forte autoritarismo do então regime civil militar ditatorial. Nesse sentido, é empregado como um instrumento político, além do cerceamento de liberdade e cassação de direitos políticos de opositoristas, também se configura na forma de violação dos direitos políticos de determinados sujeitos ou grupos contrários ao regime imposto (Idem).

O desaparecimento forçado de pessoas se caracteriza em uma violência utilizada por diferentes grupos criminosos e com diferentes motivos. No entanto, após a consolidação do poder das milícias, formada por agentes e ex-agentes de segurança pública, em diferentes áreas do Rio de Janeiro, principalmente na Baixada Fluminense; houve o aumento de denúncias e depoimentos de moradores

nessas regiões sob controle das milícias a respeito de casos de desaparecimentos forçados e da diminuição dos registros oficiais de encontro de cadáver (Idem).

Entre 2003 até setembro de 2022 foram encontrados 12.140 cadáveres [no Brasil] pelas Polícias, segundo ao ISP. [...] No geral, cerca de 17% dos cadáveres encontrados no Estado do Rio de Janeiro são registrados nas áreas da Baixada Fluminense. [...] Entre 2003 até setembro de 2022 foram encontradas 754 ossadas no Estado [do Rio de Janeiro]. No geral, cerca de 20% das ossadas encontradas são da Baixada Fluminense (IDMJR, 2022, p. 2).

As disputas pelo controle e domínio territorial entre os grupos armados é um dos principais motivos para que ocorra atualmente uma série de violações, que se configuram no sequestro, assassinato e ocultação do cadáver. Práticas arbitrárias e violentas como o assassinato e desaparecimento de corpos têm sido utilizados por grupos criminosos como um instrumento estratégico de atuação, com a finalidade de demonstração de poder e domínio local através da produção do medo e do terror em territórios, predominantemente, periféricos e constituídos em sua maioria por pobres e negros (IDMJR, 2022).

Os corpos das vítimas da ação desses grupos são descartados em cemitérios clandestinos ou em rios, de modo que dificulte a busca e identificação dos mesmos. Tais lugares utilizados para essa finalidade são conhecidos popularmente como "áreas de desova de corpos" (Idem).

A IDMJR identificou a existência de 77 Cemitérios Clandestinos na Baixada Fluminense, são áreas que as milícias, as polícias, os grupos de extermínios, matadores e facções de tráficos utilizam para descartar corpos após o assassinato. [...] Apenas em Nova Iguaçu identificamos um total de 32% locais de descartes de corpos, 16% em Belford Roxo e 10% em Duque de Caxias. Ademais, são utilizados Rios da região para o descarte de corpos, como Rio Sarapuí, Rio Guandu e Rio Botas, encontramos 11 pontos de Rios que são utilizadas como áreas de desovas de corpos (IDMJR, 2022, p. 4).

Portanto, a partir dos dados apresentados, faz-se necessário pressionar o poder estatal para tomar providências para garantir e assegurar a reparação econômica e assistência aos familiares que foram vitimados por tal violência.

Assim como, cobrar o compromisso do Estado brasileiro em assumir sua responsabilidade de atuar na investigação e combate a esse tipo de violação, a

partir da criação da tipificação da categoria desaparecimentos forçados, realizando o movimento de separá-la das demais categorias de violência, de forma que se estabeleça condições mais favoráveis para a investigação, elucidação e possível resolução dos inúmeros casos. Além disso, possibilita analisar como essa categoria se relaciona com as distintas tipificações de violência, como o homicídio, a decapitação, o esquartejamento e o sequestro (IDMJR, 2022).

A chacina policial¹¹ também é uma expressão da violência que apresentam índice elevado na Baixada Fluminense. Caracteriza-se como chacina policial a grande concentração de mortes provenientes da alta letalidade violenta em intervenções de agentes estatais da área de segurança, isto é, em operações policiais (GENI/UFF, 2022).

Segundo os dados apresentados, no período de 2007-2021 foram realizadas 17.929 operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo que 593 se converteram em chacinas (3,3% do total de operações). Nas operações policiais que se converteram em chacinas, foram notificados 2374 mortos, que representam 41% do total de óbitos em operações policiais no período (GENI/UFF, 2022, p. 21).

A partir disso, as chacinas de autoria policial estão intimamente relacionadas com a letalidade em operações policiais, visto que o aumento da letalidade policial, frente ao crescente uso da força de maneira ilimitada e descontrolada por parte do aparato policial tende a favorecer para que ocorram chacinas policiais com maior frequência.

Em 2021, as polícias responderam por 28,5% do total de morte por violência intencional no estado do Rio de Janeiro. Ao calcularmos este percentual desagregado por regiões temos as seguintes proporções de homicídios decorrentes de intervenção intencional em relação ao total de letalidade violenta intencional em 2021: 35,1% na Capital, 31,5% na Baixada Fluminense, 47,4% na Grande Niterói e 12,2% no interior. Na Capital e na Baixada as polícias foram, portanto, responsáveis por quase um terço do total de mortes por violência intencional e na Grande Niterói quase metade do total (INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2022, p. 10).

¹¹ [...] a definição estatística de chacinas policiais é de "mortes múltiplas com três ou mais óbitos decorrentes das ações policiais" (GENI/UFF, 2022, p. 6). [...] trata-se de uma forma cotidiana de se referir a um tipo de violência extremada: a execução orquestrada de várias pessoas em uma mesma localidade (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 6).

Destaca-se que policiais participaram de chacinas tanto de forma velada, por meio de grupos de extermínio, como de forma explícita, através de operações policiais oficiais, responsáveis por produzir mais chacinas e vitimar mais pessoas quando comparado aos grupos armados não oficiais.

Segundo dados do datalab Fogo Cruzado, das 305 chacinas ocorridas entre agosto de 2016 e 2021 [na Região Metropolitana do Rio de Janeiro], com 1184 mortos, 223 foram realizadas em “ações policiais” (878 mortos) e 82 em “ações criminais e não oficiais” (306 mortos) (GENI/UFF, 2022, p. 4).

Diante da enorme quantidade de operações policiais realizadas todos os dias no Rio de Janeiro, as chacinas nessas operações acontecem, geralmente, em locais específicos, no qual determinadas partes do estado do Rio de Janeiro são mais propensas a serem alvos da ocorrência de chacina durante uma operação policial.

[...] durante o período entre 2007-2021, a base de dados do GENI/UFF registrou um total de 593 chacinas policiais [na Região Metropolitana do Rio de Janeiro], com 2374 mortos. Desse total, 64,6% ocorreram na capital (383 ocorrências, com 1599 mortos), 21,4% na Baixada Fluminense (127 ocorrências, com 475 mortos) e 14,0% no Leste Fluminense (83 ocorrências, com 300 mortos), portanto, a região que concentra o maior número de chacinas é a capital, seguida da Baixada Fluminense e do Leste Fluminense. [...] na Baixada Fluminense Belford Roxo (39 chacinas) e Duque de Caixas (32 chacinas) apresentaram a maior frequência de eventos registrados (GENI/UFF, 2022, p. 10).

Ressalta-se que em áreas onde as milícias estão presentes exercendo seu poder e domínio possuem menos frequência de operações policiais e, quando ocorrem, são menos letais, com baixa probabilidade de se transformarem em chacinas, em comparação com as áreas sob o controle territorial armado das demais organizações criminosas.

Em sentido inverso ao que acontece nas áreas de milícia, é mais provável de ocorrerem operações policiais nos espaços de disputa territorial e sob domínio de outras organizações armadas. Nesses lugares, estas operações tendem a ser mais frequentes e com maior brutalidade, aumentando as chances de ocorrer chacinas policiais.

Apesar das milícias já controlarem 57,7% da superfície territorial do Rio de Janeiro [até o ano de 2021], apenas 6,5% das operações policiais ocorrem nesses lugares, portanto é previsível que nestas áreas ocorram menos chacinas (GENI/UFF, 2022, p. 14).

Deve-se considerar, ainda, o debate referente à raça¹², pois o racismo, enquanto uma forma de violência explícita e uma expressão da questão social, vai além de um ato isolado individual ou de um grupo, ele é estrutural, ou seja, “é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p. 15).

Logo, em uma sociedade, como a brasileira, em que o racismo é inerente ao seu processo de formação social, iniciado na escravização de pessoas negras; o mesmo está presente dentro das instituições, como o Estado e o aparato policial. Estas instituições materializam e reproduzem práticas racistas, uma vez que estão sob controle de um sujeito ou grupo de uma raça que exerce o poder sobre a outra, assim como sua atuação está vinculada e condicionada à ordem social vigente que privilegia e favorece determinada raça em detrimento da outra. Desse modo, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Idem, p. 36).

No que se refere à taxa de homicídios, de acordo com a faixa etária e a raça, resultantes da violência policial na Baixada:

De acordo com os dados do ISP [Instituto de Segurança Pública], em 2020, a polícia fluminense matou 56 pessoas entre 0 e 17 anos em confrontos diretos em todo o Estado (87,5% das crianças ou adolescentes mortos nessas operações eram negros ou pardos). Somente na Baixada Fluminense, no mesmo período, a polícia matou 17 crianças ou adolescentes, entre 12 e 17 anos. Em 2019 foram 33 crianças ou adolescentes e em 2018, foram 274. No cômputo nacional, o Estado do Rio responde por 13,1% de todas as mortes de crianças e adolescentes pelas mãos de agentes públicos de segurança (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2021, p. 4).

A omissão das instituições diante da desigualdade racial contribui para a manutenção do racismo, pois seu silêncio converte-se em um consentimento para a

¹² [...] raça é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional. Ou seja, raça não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça de pessoas mal intencionadas. É uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos (ALMEIDA, 2018, p. 40, grifo do autor).

permanência da expressão do racismo e reprodução de práticas e atos racistas, presentes no interior das relações cotidianas da sociedade brasileira.

Como o racismo é intrínseco a organização social capitalista brasileira e “cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (Idem, p. 39); o seu enfrentamento não se limita apenas a denúncias ou ao repúdio às práticas racistas, mas depende, primeiramente, da adoção de práticas antirracistas para, assim, iniciar a transformação de uma sociedade em que o racismo é estrutural.

Frente ao debate a respeito de violência policial e chacinas no território baixadiano, cabe lembrar a “Chacina da Baixada Fluminense”, ocorrida nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na noite do dia 31 de março de 2005 (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

Entre as várias chacinas que estavam acontecendo na região, esta em específico ficou marcada como a chacina com maior número de vítimas de execução sumária por parte de policiais militares, levando a ter repercussão nacional e internacional (Idem).

A chamada “Chacina da Baixada” foi uma forma de retaliação de um grupo de policiais militares motivada pelo descontentamento destes com a fiscalização rigorosa realizada pelo novo comandante, coronel Paulo César Lopes, que assumiu na época o 15º Batalhão de Polícia Militar, da cidade de Duque de Caxias (Idem).

Diante da insatisfação gerada na troca de comando do batalhão, onde o novo comandante havia prendido 60 policiais por desvio de conduta, parte dos policiais deste batalhão, à paisana e armados, decidiram pôr em prática uma represaria que custou a vida de 29 pessoas, ao percorrerem, de automóvel, diferentes pontos dos dois municípios em que se efetivou a chacina, e executarem em menos de duas horas qualquer pessoa que estivesse cruzando o seu caminho, atirando a esmo pelos locais em que iam passando. Destaca-se que apenas quatro policiais foram condenados, dos onze denunciados (Idem).

Os dados apresentados evidenciam a intensidade em que a violência acomete o território da Baixada diante da elevada taxa de desaparecimentos forçados e das chacinas policiais. Estas últimas, por vezes, são resultado da alta concentração de mortes durante operações policiais, realizadas, eventualmente, com o consentimento ou, até mesmo, participação direta dos poderes públicos.

A adoção de medidas como o controle das atividades de agentes públicos de segurança em áreas densamente povoadas e com a presença de grupos armados contribuiria para o enfrentamento às chacinas policiais. Uma vez que a aplicação dessa medida, expressa na limitação e prescrição do uso da força desses agentes, além da sua responsabilização em casos de violações; produziria grande impacto na redução da letalidade e na diminuição da propensão de ocorrer chacinas em operações policiais. Assim, tal ação que conduziria a menor probabilidade da ocorrência desse tipo de violência, contribuiria para evitar que ocorram mais perdas de vidas humanas (GENI/UFF, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partimos da compreensão de que todo o processo histórico violento de formação social e política brasileira, iniciado na colonização e marcado pela constituição de um Estado autoritário, repressor e desigual; se espalhou na constituição da Baixada Fluminense, enquanto um território periférico integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Em outras palavras, a herança deixada pela história violenta em que se constituiu o Brasil, reverberou na formação do território baixadiano. Logo, assim como a sociedade brasileira se formou a partir da violência, a Baixada Fluminense também foi construída sobre base violenta.

Diante disso, pode-se concluir que a violência que atinge a região da Baixada Fluminense não é uma fatalidade ou abstração, não se produziu no vazio. Suas diferentes formas de manifestação, que assolam seus habitantes, partem de uma herança histórica da formação social e política brasileira marcada por relações de poder e dominação entre desiguais, que se espalharam por todo o território nacional, chegando à Baixada.

Local este que foi destinado à população subalterna e marcado pela manifestação de violência de diferentes formas, principalmente, no que se refere à violência estatal contra aqueles que ocupam essa região, podendo ser vista no modo como o Estado brasileiro, ainda hoje, responde às expressões da questão social, através de políticas assistenciais minimalistas no atendimento das necessidades sociais e, também, na repressão das classes subalternas, ao serem atribuídas à classificação de “classes perigosas”, usada como justificativa para a atuação violenta do Estado, em um movimento de criminalização dos pobres.

Os índices elevados de desaparecimentos forçados de pessoas e operações policiais que se convertem em chacinas na Baixada Fluminense expressam a presença constante da violência efetivada nesse território. Conduzindo, então, a compreensão de que o passado violento no qual se constituiu a sociedade brasileira não foi superado e ainda se mantém vivo na organização social e política do país, sendo materializado, principalmente, em locais onde o Estado ora se omite, ora consente e participa de tais práticas violentas, como na região da Baixada. Visto que o capitalismo produz as condições adequadas para a reprodução do fenômeno da

violência na realidade concreta, favorecendo, assim, a permanência e perpetuação de práticas violentas nesses territórios.

Logo, apesar do enraizamento da violência estrutural na sociedade capitalista e da forma nefasta como se reproduz, e mesmo com algumas práticas violentas sendo consideradas por determinados setores da população como necessárias para alcançar seus interesses; a violência, independente das diversas formas em que se manifesta e se reproduz cotidianamente em territórios periféricos como a Baixada Fluminense, não pode ser considerada como um fato natural da vida, ou seja, não deve ser naturalizada. Pois, uma vez que esta é concebida e aceita como algo natural, cria-se a dificuldade de buscar possibilidades para o seu enfrentamento.

A partir disso, por ser um fenômeno que possui raízes sócio-históricas, é possível que a violência e suas expressões concretas sejam enfrentadas. Visto que a mesma foi e ainda é um instrumento utilizado para garantir e fortalecer os interesses da elite burguesa, contribuindo para a intensificação e perpetuação das desigualdades e culminando na ampliação da exclusão política e socioeconômica das classes populares, bem como na segregação socioespacial dessas classes. Além de conduzir a processos de violação aos direitos fundamentais, assim como a desvalorização, degradação e banalização dos sujeitos que compõem os segmentos mais empobrecidos da sociedade, seguindo na contramão do que é defendido em um governo democrático como o que vivemos hoje.

Considero de extrema relevância pontuar que o debate referente à raça deve perpassar pela discussão sobre a violência nos municípios da Baixada Fluminense, uma vez que a população negra é a maior atingida por essa violência, em razão da intencionalidade da elite burguesa dominante de constituir esse território como um espaço periférico, onde sua ocupação foi destinada a uma população de baixa condição econômica, majoritariamente, composta por negros, sendo este um resultado do processo histórico de formação social brasileira, enquanto um país assentado em base racista/escravocrata.

Nessa direção, enfatizo a necessidade do conhecimento e apreensão, pelos sujeitos periféricos habitantes da Baixada, das particularidades e expressões da violência que se apresentam e materializam nessa região, pois tal violência afeta diretamente os diferentes segmentos sociais que compõem sua população.

Da mesma forma, destaco a importância dos/as assistentes sociais em conhecerem o território da Baixada Fluminense e como a violência se expressa nessa região, considerando a necessidade desses profissionais estarem em permanente capacitação frente a sua atuação junto às múltiplas expressões da questão social postas à profissão, neste caso em específico, no enfrentamento das manifestações da violência na Baixada como uma dessas expressões.

Partindo do entendimento de que a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e, por estar subordinada a lógica do capital, atua no sentido de amenização de tais expressões, diante de sua radicalização no contexto de acirramento das desigualdades sociais resultantes do atual estágio do capitalismo; exige-se dos/as assistentes sociais um posicionamento profissional ético-político crítico, reafirmando o projeto ético-político da profissão, bem como reforçando seu compromisso na defesa da democracia, cidadania, liberdade, emancipação humana, equidade e justiça social presentes no Código de Ética do/a Assistente Social. De modo que, a partir de sua base teórica, ética e política fundamentada na teoria social crítica marxista, seja possível realizar uma análise crítica da realidade e, assim, construir respostas estratégicas e interventivas qualificadas.

Sendo assim, os/as assistentes sociais têm o desafio de permanecerem na luta e na resistência, juntamente com a população inserida na Baixada Fluminense, com a pretensão de fortalecer a ação coletiva na busca pela redução e, até mesmo, eliminação de quaisquer formas de violência. De maneira que os direitos da classe trabalhadora sejam garantidos e defendidos, a partir das condições objetivas disponíveis em tempos de supremacia do capital. E, assim, almejando a materialização do projeto ético-político da profissão e, principalmente, dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, frente às investidas do capital de retrocesso da política social e avanço da exploração e desigualdades.

Ademais, salienta-se, ainda, a importância da atuação efetiva do poder público, em conjunto com a participação popular, na construção de propostas eficazes referentes à execução integrada das políticas sociais. Pois, apesar das políticas sociais não serem capazes de alterarem a condição de explorada da classe trabalhadora, reconhecemos que tais políticas exercem um papel fundamental na vida das pessoas que vivem do trabalho, visto que por meio delas é possível garantir a sobrevivência, especialmente, da população subalterna, tornando-se, em

determinados casos, dependes destas políticas. Por isso há a necessidade de lutarmos pelo fortalecimento das políticas sociais e pela garantia e ampliação dos direitos, tanto os já conquistados no papel quanto os que ainda precisam ser legislado.

No entanto, o enfrentamento das manifestações da violência não pode se limitar ao fortalecimento de políticas que contribuem para que seus efeitos sejam apenas minimizados na vida das classes subalternas. Para buscar respostas mais concretas para o seu enfrentamento é preciso compreender o porquê existem e de onde advêm, atuando nas raízes desse fenômeno e que favorecem o seu aparecimento nas relações estabelecidas na sociedade de classes.

Portanto, entende-se que a violência, na sociedade capitalista, por se caracterizar em um fenômeno estrutural do capitalismo e suas manifestações uma expressão da questão social; segundo Braz e Netto (2006), somente será superada a partir da supressão desse modo de produção capitalista e de suas relações de dominação e exploração. “Imaginar a ‘solução’ da ‘questão social’ mantendo-se e reproduzindo-se o Modo de Produção Capitalista é o mesmo que imaginar que o Modo de Produção Capitalista pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital” (BRAZ; NETTO, 2012, p. 152). Sob o reconhecimento de que a supressão do capitalismo levará apenas a supressão da violência estrutural desse modo de produção, porém não será suficiente para que a sociedade deixe de produzir e reproduzir práticas violentas ou evite que sujeitos cometam atos violentos, dado que a violência já se fazia presente nas relações humanas e nas organizações sociais anteriores a emergência da ordem do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, E. A. A. A promessa e a ameaça – o funcionamento da violência como ferramenta política na Baixada Fluminense. **GEOgraphia**, Niterói-RJ, v. 22, n. 48, 2020.

_____. Baixada Fluminense, uma Periferia por Excelência. **Geografia**, Londrina-PR, v. 30, n. 1, p. 63-83, jan. 2021a.

_____. A cidade maravilhosa e as cidades do abandono – o verso e o reverso das políticas públicas de segurança na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Geosul**, Florianópolis-SC, v. 36, n. 78, p. 17-38, jan./abr. 2021b.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, J. C. S. **Baixada Fluminense: a violência na construção de uma periferia.** [S.L.: s.n.], 1994.

_____. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder.** Tese de Doutorado em sociologia. São Paulo: USP/FFLCH, 1998.

_____. Violência e política na Baixada: o caso dos grupos de extermínio. In: **Documento Impunidade na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

BATISTA, V. M. **O Medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 1998.

BEZERRA, J. C. A funcionalidade do Estado para o capital: uma análise a partir do mundo do trabalho na contemporaneidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, II, 2018, Teresina-PI. **Anais...** Teresina-PI: UFPI, 2018.

BRAZ, M.; NETTO, J. P. **Economia política: uma introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASA FLUMINENSE. **Relatório de monitoramento Agenda Rio 2030**. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2021.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Simulacro e Poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo Negro Caído no Chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 28 de jul. de 2023.

FÓRUM GRITA BAIXADA. **Um Brasil dentro do Brasil pede socorro: Relatório-denúncia sobre o descaso estatal para com a vida humana na Baixada Fluminense e possíveis soluções urgentes**. Rio de Janeiro: Fórum Grita Baixada, 2016. Disponível em: <<https://www.cddh.org.br/assets/docs/Um%20Brasil%20dentro%20do%20Brasil%20pede%20socorro.pdf>>. Acesso em: 5 de jul. de 2023.

_____. **II Boletim Racismo e Violência na Baixada Fluminense**. ed. 2. Rio de Janeiro: Fórum Grita Baixada, 2021. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/wp-content/uploads/2021/12/BOLETIMNOV_FGBFinal-1.pdf>. Acesso em: 29 de jul. de 2023.

GENI/UFF. Grupo de Estudos de Novos Illegalismos/Universidade Federal Fluminense. **Chacinas policiais: Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro: GENI/UFF, 2022. Disponível em: <https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2022_Relatorio_Chacinas-Policiais_Geni_ALT2.pdf>. Acesso em: 5 de jul. de 2023.

GONÇALVES, A. Notas sobre o clientelismo político no Brasil. **LEOPOLDIANUM**, Santos-SP, ano 37, n. 101/102/103, p. 97-130, 2011.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília-DF, n. 3, p. 9-32, [2001] 2004.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2009.

IDMJR. Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. **Boletim Desaparecimentos forçados**: Áreas de desovas na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: IDMJR, 2022. Disponível em: <<https://dmjracial.com/wp-content/uploads/2022/11/Boletim-Desaparecimentos-Forcados-2021.pdf>>. Acesso em: 5 de jul. de 2023.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Relatório Anual 2022**: Região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Fogo Cruzado, 2022.

JUSTIÇA GLOBAL. Violência policial e impunidade. In: **Documento Impunidade na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

LAFFRONT, J. V. N. Reflexões acerca da relação entre as funções do Estado de Mandel e as pessoas que vivem nas ruas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 16, 2018, Vitória-ES. **Anais...** Vitória-ES: UFES, 2018.

LEITE JÚNIOR, A. D. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. Florianópolis/Brasília: UFSC/Capes/UAB, 2009.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v. I, 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 3, p. 41-49, [2001] 2004.

O LEGADO da Ditadura Militar: autoritarismo, violência política e desigualdades sociais. **Imprensa ADUR-RJ**, Rio de Janeiro, 01 de abr. de 2021. Disponível em: <<http://www.adur-rj.org.br/portal/o-legado-da-ditadura-militar-autoritarismo-violencia-politica-e-desigualdades-sociais/>>. Acesso em: 30 de jun. de 2023.

OLIVEIRA, A.; SANTOS, M. Dilemas e desafios para a cidadania da Baixada Fluminense. In: **Documento Impunidade na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PESSOA, N. S. Formação social brasileira e violência: autoritarismo e negação dos sujeitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília-DF. **Anais...** Brasília-DF: CBAS, 2019.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROCHA, A. S. Território como representação. **Revista Mercator**, Fortaleza-CE , v. 12, n. 29, p. 139-153, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/download/787/515>>. Acesso em: 9 de jul. de 2023.

SCHMIDT, F. **Medidas socioeducativas e cultura punitiva**: o recrudescimento do controle das expressões da “questão social” no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, J. F. S. O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural. **Revista Katálysis**, Florianópolis-SC, v. 11, n. 2, jul./dec. 2008.

SILVA, U. V.; SANTOS, J. L.; RAMOS, P. C. **Chacinas e a politização das mortes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Chacinas-politizacao-das-mortes.pdf>. Acesso em: 18 de jul. de 2023.

SOARES, L. E. et al. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SOARES, M. N. T.; VIEIRA, M. S.; COSTA, R. G. Violência Estrutural e Capitalismo: Particularidades da sociedade capitalista brasileira. **Sociedade em Debate**, Pelotas-RS, v. 25, n. 3, p. 12-29, set./dez. 2019.

TEODOSIO, S. S.; OLIVEIRA, A. G.; RODRIGUES, R. A. S. Coronelismo: práticas sociais ainda vigentes na república brasileira. In: CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, VII, 2012, Palmas-TO. **Anais...** Palmas-TO: IFTO, 2012.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: Uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (orgs). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2000.

VIEIRA, M. S.; COSTA, R. G.; OLIVEIRA, S. B. Violência Estrutural no Brasil: Um debate necessário. **Revista de Estudos Interdisciplinares - CEEINTER**, Florianópolis-SC, v. 3, n. 2, mar./abr. 2021.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.